

REVISTA PLURAL

trânsito
reflexão
processo
pandemia
nacional
COVID-19
Psicólogo
pesquisas
discussão
reconhecer
construção
terapia
terapêutico
mental
capacidade
repercussão
relacionado
importância
experiência
ético
diversidade
crescimento
contribuição
aluno
incentivar
profissional
coletivo
exclusiva
ética
identificar
condensação
adocimento
problemática
saúde
social
artigo
crítica
Brasil
profissão
normativa
caso
ocupacional
diversos
relação
natureza
fato
direito
atual
regulamentação
interpretação
visão
critério
científico
divulgação
disseminação
psicoterapia
reflexões
proposta
evento
pesquisa
paciente
empírico
conselho
Psicóloga
interesse
estimular
expressão
carência
necessidade
revisão
tecnicamente
metodológica
prática
comercialização
enriquecer
governo
orientar
avaliação
artística
estudo
acesso
estudo
avaliação

Volume 01 | Número 02
Florianópolis, SC | Junho 2021
ISSN: 2595-6191

Editor-chefe

Dr. Jamir Sardá Júnior
Conselheiro suplente do CRP-12 (Gestão 2019-2022)
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Editores Associados

Dr. Adriano Schlösser
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Dr. Roberto Moraes Cruz
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Editor Executivo

Pedro Augusto Croce Carlotto
Conselheiro efetivo do CRP-12 (Gestão 2019-2022)

Coordenadora da Comissão de Relações Públicas

Josiane Terezinha de Ávila Rodrigues
Conselheira efetiva do CRP-12 (Gestão 2019-2022)

Assessora de Comunicação

Sidiane Kayser dos Santos Schwinzer

Projeto Gráfico e Diagramação

Rita Motta

Revisão Ortográfica

Michela Silva Moreira

Tradução dos Resumos

Cristhian Fernando Rondon Mora

Sumário

- 4 **Editorial**
- 5 **Arteterapia e Psicologia: Revisão Integrativa das Produções Brasileiras**
Adriano Schlösser
Vanessa Tesk
- 19 **COVID-19 e as demandas psicológicas dos profissionais da saúde: revisão sistemática rápida**
Gabriela Corbani Ribeiro
Bruna Letícia de Aviz Corrêa
Carlos Roberto Schmitz Júnior
Carolina Luiza Floriano
Maria Eduarda Cardoso
Maikon de Souza Michels
- 34 **Avaliação psicológica na cirurgia bariátrica: percepção de usuários e psicólogos**
Luziany Silva Santos
Jamir Sardá Jr.
Paula Bresan Doneda
Andressa Bottega Tomasoni
Natasha Balardin
- 48 **Dilemas éticos e a atuação do psicólogo: revisão integrativa da literatura nacional**
Andréia Isabel Giacomozzi
Andréa Barbará da Silva Bousfield
Adriano Schlösser
Taimara Foresti
Bárbara Jacques
Bruna Letícia da Silva

Editorial

Cara(o)s colegas Psicóloga(o)s e interessados na Psicologia enquanto ciência e profissão, nesta segunda edição da Revista Plural, apresentamos quatro artigos com diversidade de temas, que vão desde a avaliação psicológica na cirurgia bariátrica até revisões de literatura de diversos temas atuais e de interesse coletivo, por tratarem tanto de abordagens psicoterapêuticas quanto de aspectos éticos da atuação profissional. Essas produções são frutos do interesse científico de profissionais e aluna(o)s da Psicologia que atuam em Santa Catarina e que almejam produzir conteúdos científicos e divulgar resultados de suas pesquisas ou achados científicos. Nesse sentido, a Revista Plural pretende contribuir para a disseminação de conhecimentos técnico-científicos em Psicologia, bem como em suas repercussões sociais.

Ficamos satisfeitos de estarmos, por meio desta revista, divulgando conhecimentos e experiências sobre saber psicológico e práticas da Psicologia. Temos certeza de que, sem a contribuição da(o)s autora(o)s dos artigos aqui publicados, isso não seria possível. Assim, gostaríamos de incentivar nossa(o)s leitora(e)s a submeterem artigos à Revista Plural. Queremos que nossos leitores compartilhem suas experiências com a categoria, por acreditarmos que isso pode orientar, enriquecer e estimular a capacidade crítica e de atuação profissional.

Cabe mencionar que, ao longo deste ano, vivenciamos diversos eventos e fatos importantes – por exemplo, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o acesso e a comercialização dos testes psicológicos, as mudanças propostas pelo governo no processo de avaliação psicológica no trânsito, a desregulamentação de alguns novos aspectos na avaliação para porte de arma, e discussões no sistema conselho sobre a regulamentação da psicoterapia como prática exclusiva do psicólogo – os quais têm mostrado a relevância da participação da categoria nos rumos da Psicologia no Brasil, desde a regulamentação até atuação do psicólogo.

Diante disso e das demais problemáticas que cercam a área da avaliação psicológica, nossa próxima edição será temática e dedicada para a produção de conhecimentos referentes à avaliação psicológica.

Contamos com a participação de vocês para a construção de conhecimento, reflexões e divulgação de práticas psicológicas nesta área de atuação. Também aproveitamos a ocasião para divulgar o III Seminário Catarinense da Avaliação Psicológica, que será realizado nos dias 8, 9 e 10 de julho deste ano e oferecido integralmente na modalidade remota e gratuita aos psicólogos inscritos no CRP que estejam com sua anuidade em dia.

Aguardamos vocês!

Arteterapia e Psicologia: Revisão Integrativa das Produções Brasileiras

Adriano Schlösser
Vanessa Tesk

Resumo

O presente estudo tem como objetivo identificar, por meio de uma revisão integrativa de literatura, os estudos brasileiros realizados no campo da Psicologia, entre os anos de 2008 a 2020, sobre a arteterapia, utilizando como palavras-chave os descritores “arte terapia” e “arteterapia”. Foram consultados os artigos indexados nas bases de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A partir dos critérios de inclusão e exclusão, o banco final foi constituído por 35 artigos. Os trabalhos foram classificados de acordo com a temática de estudo e o método utilizado nas publicações. Na categoria temática, os principais temas abordados são: hospitalização, gestalt-terapia, música, expressões artísticas, psicanálise, terapia ocupacional e psicologia social. Na categoria metodológica, foram divididos em: estudos empíricos, estudos teóricos e estudos de caso. Os resultados apontaram um crescimento de publicações nos anos de 2010, 2013 e 2016, embora se constate a carência em relação a estudos empíricos de cunho quantitativo e discussões voltadas sobre o olhar dos profissionais que utilizam a arteterapia como método terapêutico, sua eficácia e a visão das pessoas que praticam esse método.

Palavras-chave: Revisão integrativa; Técnicas psicoterapêuticas; Arteterapia.

Art Therapy and Psychology: an integrative review of Brazilian productions.

Abstract

The purpose of this research is to identify, through an integrative literature review, the Brazilian studies developed in the field of psychology, between the years 2008 to 2020, around art therapy, using as keywords the following descriptors "art therapy" and "art therapy". To conduct this study; articles indexed in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), the portal of Psychology Electronic Journals (PePSIC), and the Latin American & Caribbean Health Sciences Literatures (LILACS) electronic databases were consulted. In line with the inclusion and exclusion criteria, the final database consisted of 35 articles. The articles were classified according to the theme of the study and the method used in those publications. Regarding the thematic category, the main themes selected are hospitalization, gestalt therapy, music, artistic expressions, psychoanalysis, occupational therapy, and social psychology. In the methodological category, they were divided into empirical studies, theoretical studies, and case studies. The results reflected an increase in publications during the years 2010, 2013, and 2016, although there is a shortfall concerning empirical studies of a quantitative nature and discussions focused on the perspective of professionals who use art therapy as a therapeutic method, its effectiveness, and the perspective of the individuals who practice that method.

Keywords: Integrative review; Psychotherapeutic techniques; Art therapy.

O homem, desde a antiguidade, utiliza a expressão como meio de se comunicar; partindo de suas necessidades humanas, a arte começa a ganhar significados. É importante lembrar que: “Desde épocas longínquas o homem se utiliza da arte de criar para a comunicação consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza” (Vieira et al., 2012, p. 48). O moldar, o processo de criação, a encenação, expressão corporal, pintura, entre outras formas de expressão, destacam-se como formas artísticas no processo arte terapêutico, utilizadas como recurso nesse procedimento.

O uso da arte como forma terapêutica é conhecido desde o início dos tempos. Após a Primeira Guerra Mundial, a arteterapia começou a se constituir como profissão, dando seus primeiros passos em busca de colecionar um vasto saber científico para concretizar seu campo de atuação. No decorrer do período pós-guerra, emergiram muitos questionamentos acerca da ciência, da noção de verdade e da concepção de ser humano, ocasionando uma mudança de paradigmas, contribuindo para a construção de novos conhecimentos (C. M. Silva, Carvalho, & Lima, 2013). Enquanto técnica psicoterapêutica, a arteterapia surgiu a partir da Psiquiatria, com base nas primeiras experiências com o uso da arte para fins terapêuticos. No Brasil, tiveram destaque os trabalhos do psiquiatra e psicanalista Osório César e de Nise da Silveira.

Naquele momento a arteterapia tornou-se um campo abrangente, possibilitando a interseção entre prática de diferentes abordagens artísticas juntamente com abordagens psicológicas, proporcionando que vários profissionais pudessem usar este recurso para o *setting* terapêutico (Philippini, 2018; C. M. Silva et al., 2013; Soares, Rolin, Machado, Ramos, & Rampazzo, 2018). E o arteterapeuta começou a utilizar a arte para que o indivíduo conseguisse expressar os seus sentimentos mais profundos, porque a comunicação verbal acaba não sendo um meio suficiente para essa expressão.

Operacionalmente, a arteterapia é uma técnica utilizada no trabalho terapêutico, sendo uma linguagem artística por meio da qual o cliente consegue expressar o que sente e efetuar, então, uma comunicação com o terapeuta ou o profissional que utiliza essa técnica. A sua essência está na espontaneidade, no processo criativo, na arte em prol da saúde (Depret, Maia, Borba, & Ribeiro, 2019; Reis, 2014a,b). É uma atividade no campo da saúde mental que dispõe do meio criativo de produzir arte para melhorar não só o bem-estar físico e mental mas também o estado emocional de indivíduos de todas as idades. Baseia-se no conceito de que o processo criativo ajuda as pessoas a resolverem conflitos, diminuírem o estresse, gerenciarem seus comportamentos, aumentarem a autoestima e a autoconsciência.

Segundo Reis (2014a), no desenvolvimento do processo criativo, o terapeuta e o paciente desvendam juntos os conflitos levados para o *setting* terapêutico. O terapeuta tem o papel de auxiliar o cliente nesse processo de transformação interna, e a arte é um importante instrumento de inclusão e de produção de novas subjetividades. O que é sugerido no processo arte-terapêutico é a criação de novas visões, de novos mundos, para que o indivíduo possa experienciar outros sentimentos (Philippini, 2018).

A arteterapia mostra-se um importante instrumento para diversas áreas, não se limitando apenas a consultórios. É uma ferramenta que aumenta as possibilidades de expressão do indivíduo, permitindo a exploração da subjetividade humana, indo além da linguagem verbal. É importante salientar a relevância social e científica desta pesquisa, pois se percebe que aliar a psicoterapia à arteterapia revela-se como uma possibilidade de resgatar as capacidades criativas do indivíduo. A utilização de métodos artísticos possibilita uma flexibilização no tradicionalismo clínico, proporcionando ao paciente novas formas de enfrentamento da realidade. Nesse sentido, esta produção pretende mostrar a relevância da arteterapia para estudantes e psicólogos no âmbito de especialização ainda pouco conhecida. Objetiva-se analisar o olhar dos que praticam esse método e dos profissionais dessa área, visto que a arteterapia se transforma em um instrumento de relaxamento, o qual possibilita que os sentimentos reprimidos se tornem livres em forma de arte.

Método

Esta pesquisa consiste em uma revisão integrativa da literatura sobre arteterapia, mediante a busca em bases de dados nacionais, utilizando como fontes de consultas: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO – sigla de Scientific Electronic Library Online), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com base nos descritores “arte terapia” e “arteterapia”.

Em todas as bases de dados, foram registrados os artigos publicados entre 2008 a 2020. Inicialmente, buscou-se visualizar os resumos das publicações e as palavras-chave, para um posterior acesso aos trabalhos completos, cuja leitura e análise ocorreram de acordo com os critérios de inclusão/exclusão.

Por critérios de inclusão, selecionaram-se artigos indexados, publicados no país no idioma português dentro do período citado. Foram inclusos, também, apenas artigos com o tema principal arteterapia, com pelo menos um dos autores com formação em Psicologia (graduação e/ou pós-graduação), como se verificou na Plataforma Lattes.

Os critérios de exclusão foram: artigos não indexados, teses e monografias. Em um primeiro momento, foram excluídos os artigos que não estavam relacionados com o tema arteterapia, os que não estavam dentro do período determinado e os artigos duplicados entre as bases consultadas. Em um segundo momento, analisaram-se os currículos lattes dos autores; posteriormente, foram excluídos aqueles que não haviam sido escrito por psicólogos. A análise das publicações incluídas nesta revisão levou em consideração a natureza e o tema do estudo, a base teórica, o método, e os resultados encontrados.

Resultados

As Tabelas 1 e 2 apresentam as características das categorias temáticas e metodológicas utilizadas para a classificação dos estudos. As temáticas em relação

à arteterapia foram agrupadas e descritas na Tabela 1, gerando oito categorias construídas *a posteriori*, em que cada uma delas agrupa os estudos relacionados ao fenômeno em questão. Já a Tabela 2 apresenta as definições das categorias metodológicas, evidenciadas no corpo dos artigos, mas que já haviam sido definidas *a priori*.

Tabela 1

Categorias Temáticas Elaboradas para a Classificação dos Estudos

Categorias Temáticas	Contexto
Hospitalização	Estudo com foco no processo psicoterápico no contexto hospitalar.
Gestalt-terapia	Artigos que compõem esta área do conhecimento associadas a arteterapia. As temáticas são: atuação do arteterapeuta, criatividade, humanismo e clínica.
Música	Artigos que possuem a temática música no contexto de arteterapia, como: relaxamento, forma de expressão, diminuição da ansiedade e estresse.
Expressões Artísticas	Produções voltadas às expressões artísticas com finalidade terapêutica, como: dança, música, teatro, técnicas de confecções e desenho.
Terapia Ocupacional	Artigos que têm o foco de discussão sobre: saúde, produção de autonomia, prevenção, tratamento e reabilitação.
Psicologia Social	Produções voltadas à psicologia social, que focalizam temáticas como: grupo, técnicas, experiências e criação artística.
Psicanálise	Artigos que compõem esta área de conhecimento associadas a arteterapia, como: literatura, sentimentos obscuros, projeção, contos.
Outros	Textos que apareceram em baixa quantidade e não puderam ser enquadrados em outras categorias, por exemplo: família, aprendizagem, loucura.

Fonte. Elaborado pelos autores.

Tabela 2

Categorias Metodológicas Elaboradas para Classificação dos Estudos

Categorias Metodológicas	
Estudo de Caso	Método de pesquisa ampla sobre determinado assunto, que possibilita aprofundar o conhecimento sobre ele. Estudo de fatos particulares, de caráter descritivo e ideográfico.
Estudo Empírico	Pesquisa que necessita de comprovação prática, por meio de experimentos ou observação de determinado contexto para coleta de dados em campo. Estudo de abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas.
Estudo Teórico	Pesquisa científica que consiste na revisão de textos, artigos, livros e todo material relacionado ao fenômeno estudado; engloba revisões sistemáticas e revisões não sistemáticas.

A partir da busca feita nas bases de dados utilizadas, foram encontrados 10.557 artigos, entre os anos 2008 a 2020. Na primeira seleção, foram excluídos 10.422 trabalhos que não atenderam aos critérios de inclusão, restando 135 artigos. Na segunda seleção, excluíram-se 81 publicações, restando apenas 54 artigos. Na terceira seleção, foram eliminados 11 artigos. Dos 43 artigos selecionados, oito eram duplicados; então, não atenderam aos critérios de inclusão. Restaram, portanto, 35 artigos, os quais foram incluídos na análise principal desta pesquisa. Na Figura 1, pode ser visualizado o fluxograma desse estudo.

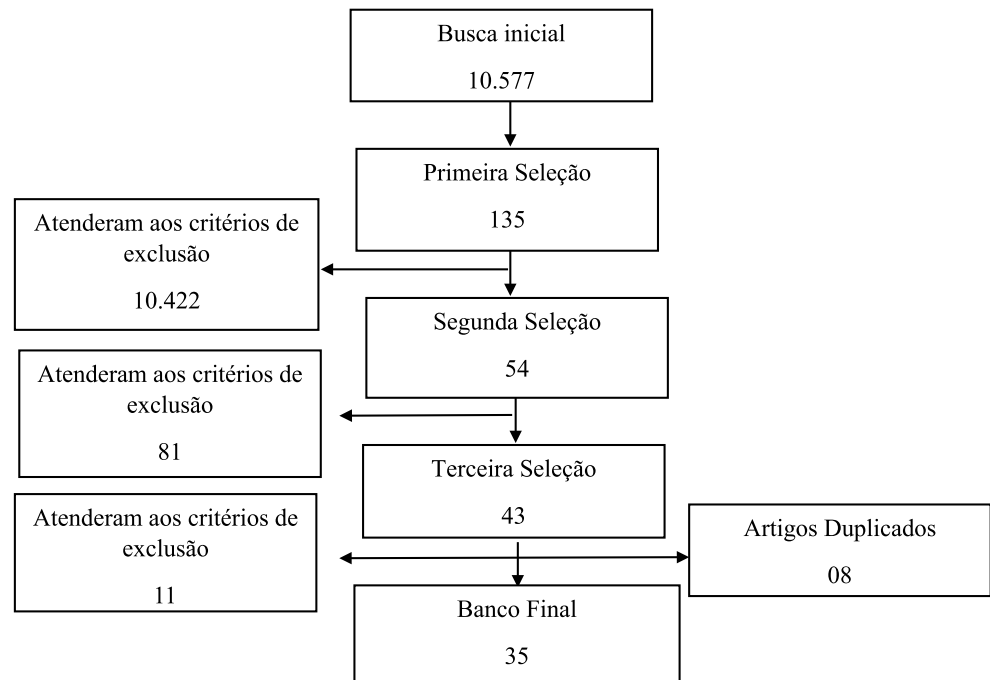


Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos

Com relação à distribuição das publicações ao longo dos anos, a Figura 1 apresenta os dados. A análise dos artigos encontrados revelou que a publicação de trabalhos específicos da Psicologia sobre arteterapia, não seguiu um padrão linear ao longo dos anos em relação ao número de publicações.

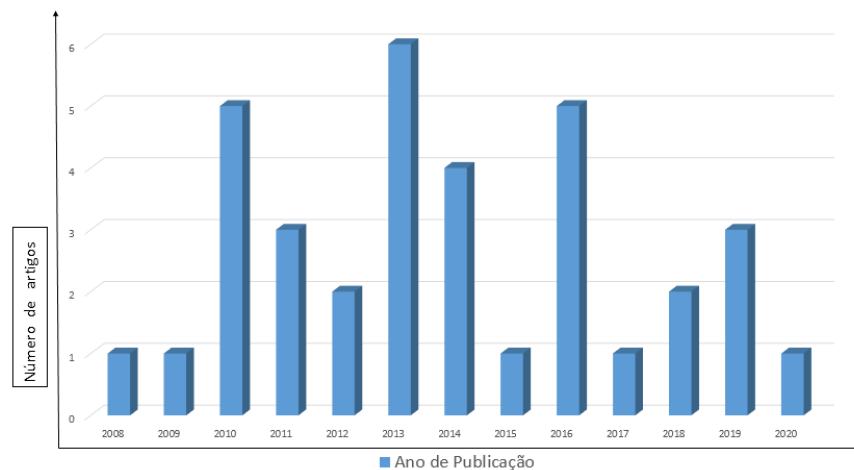


Figura 2. Número de artigos publicados por ano

Na Figura 2, pode-se observar que, em 2013, a área atingiu o número máximo (seis) de trabalhos publicados sobre o tema em um único ano, embora também haja um número relevante de publicações de 2010 e 2016, pois foram publicados cinco artigos em cada ano. Nos demais anos, houve menor quantidade de publicações.

Os 35 trabalhos analisados neste estudo foram publicados em 23 revistas diferentes. Destes, 13 periódicos publicaram apenas um artigo sobre o tema, conforme se verifica na Tabela 3. A revista que mais se destacou foi “Psicologia: Ciência e Profissão”, contabilizando cinco publicações sobre o tema.

Tabela 3

Número de Artigos Publicados por Revista, com Avaliação segundo o Qualis Periódicos

Revista (Qualis)	Artigos	Autores
Argumento (B2)	1	Camargo, Lena, Dias, & Roso (2011)
Arquivos Brasileiros de Psicologia (A2)	1	Pinheiro & Colaço (2010)
Barbarói (B2)	1	Reis (2014a)
Boletim de Psicologia (B2)	1	Dib & Abrão (2013)
Caderno de Terapia Ocupacional UFSCar (B2)	1	Lima, Guimarães, & Pastore (2013)
Construção Psicopedagógica (B3)	2	Norgren (2011); Fagali & Lacava (2013)
Estudos e Pesquisa em Psicologia (A2)	1	Silva & Nunes (2015)
Escola Anna Nery (B3)	1	Depret et al. (2019)
História, Ciência, Saúde – Manguinhos (B1)	2	Lima (2009); Araújo & Vilela (2018)
IGT na rede (B2)	1	Silva et al. (2013)
Mal-estar e Subjetividade (B1)	1	Lima et al. (2013)
Nufen (B4)	2	Elmescany (2010); Leite, Matos, Oliveira, & Araújo (2013)
Paidéia (A1)	1	Machado, Carneiro, & Magalhães (2008)
Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	5	Diógenes & Pontes (2016); Silva, Valadares, Rosa, Lopes, & Marra (2016); Furtado, Levitan, Titon, Castilho, & Zanella (2011); Oliveira & Araújo (2012); Reis (2014b)
Psicologia: Teoria e Prática (A2)	1	Franco & Sei (2019)
Revista de Abordagem Gestáltica (B1)	1	Santos Filho & Costa, (2016)
Revista Brasileira de enfermagem (B2)	2	Marins, Daher, Pinto, Cardoso, & Sá (2019); Soares et al. (2018)
Revista de Psicologia Fractal (B1)	2	Inforsato et al. (2017); Freire & Oliveira (2010)
Revista Brasileira de Psicanálise (B1)	1	Nobre (2010)
Revista de Psicologia da UNESP (B3)	1	Franco, Almeida, & Sei, (2016)
Revista Psicologia USP (A2)	2	Farah (2016); Pádua, & Moraes (2010)
SPAGESP (B1)	2	Cardoso & Munhoz (2013); Valdanha, et al. (2014)
Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (B2)	2	Vieira et al. (2012); Carvalho et al. (2020)

No que diz respeito à classificação das revistas no Qualis Periódicos da Capes, 31,4% foram classificadas no estrato A, sendo uma A1 e dez A2; e 68,5% no estrato B, sendo dez B1, oito B2, quatro B3, e dois B4. Em relação à categoria metodológica, é possível observar, na Tabela 3, a frequência do método investigado, onde o conhecimento científico sobre arteterapia tem maior solidez empírica.

Com relação aos métodos e temas de investigação, 15 foram de natureza empírica (42,85%), dez de natureza teórica (28,57%) e dez referentes a estudos de caso (28,57). Em relação aos 35 artigos analisados, dez foram classificados como estudos teóricos – oito deles não sistemáticos e dois sistemáticos (Araújo & Vilela, 2018; Elmescany, 2010; Fagali & Lacava, 2013; Farah, 2016; E. M. F. A. Lima, 2009; E. M. F. A. Lima, Guimarães, & Pastore, 2013; Nobre, 2010; Pádua & Moraes, 2010; Reis, 2014b; Silva & Nunes, 2015;), 15 estudos empíricos – sendo dois de natureza mista e 13 de natureza qualitativa (Camargo et al., 2011; Carvalho et al., 2020; Depret et al., 2019; Diógenes & Pontes, 2015; Furtado et al., 2011; Inforsato et al., 2017; Leite et al., 2013; M. C. P. Lima et al., 2013; Norgren, 2011; Pinheiro & Colaço, 2010; Reis, 2014a; C. M. Silva et al., 2013; M. N. Silva, Valadares, Rosa, Lopes, & Marra, 2016; Soares et al., 2018; Vieira et al., 2012); e dez foram classificados como estudos de caso – contendo nove de natureza qualitativa e um de natureza mista (Cardoso & Munhoz, 2013; Dib & Abrão, 2014; Franco, Almeida & Sei, 2016; Franco & Sei, 2019; Freire & Oliveira, 2010; Machado, Carneiro, & Magalhães, 2008; Marins, Daher, Pinto, Cardoso, & Sá, 2019; Oliveira & Araújo, 2012; Santos Filho & Costa, 2016; Valdanha et al., 2014). Não foi apresentado nenhum estudo de natureza quantitativa. Os de natureza mista foram os artigos escritos por M. N. Silva et al. (2016) e Machado et al. (2008). No que se refere ao método, apenas um artigo, intitulado “Dramatizações e Psicologia Comunitária: um estudo de processos de mediação simbólica”, não apresentou a descrição de algum procedimento.

Discussão

Conforme descrito nos resultados sobre as temáticas deste estudo, a categoria intitulada “Expressões Artísticas” teve o maior número de artigos englobados nesta pesquisa. Incluindo-se os estudos que descrevem acerca de pintura, teatro, costura, dança e música.

De acordo com Farah (2016), a dança é uma forma de expressão artística para fins terapêuticos; afinal, o corpo em movimento impulsiona o verbo. Por sua vez, Inforsato et al. (2017) consideram que a dança é um meio de comunicação, já que, quando dois corpos estão em movimento de modo a se comunicarem, é possível dizer que esses corpos juntos compõem outro corpo. A dança passa a ser, então, uma forma de comunicação, por meio da qual o sujeito consegue se expressar por movimentos dos sentimentos.

A arteterapia também conecta os grupos pelas trocas de experiências, conforme estudo proposto por Marins et al. (2019) com grupos de saúde, onde os usuários compartilhavam, entre si, seus talentos em arte. Este tipo de comportamento contribui para apoiar a adesão ao autocuidado, sendo a estratégia de uso da arteterapia uma experiência inovadora e que estimula o autoconhecimento por meio da utilização de recursos como: poesias, bordados, pintura em tecido, construção de brinquedos a partir de sucatas, música, artesanato e dança circular.

Na área da Psicologia, as técnicas de relaxamento são estratégias importantes utilizadas no processo terapêutico, pois ajudam o paciente a sentir o seu corpo

e as manifestações físicas que este apresenta, podendo contribuir para um entendimento mais profundo de si mesmo. “A música tem se inserido como uma das técnicas de relaxamento, uma vez que seus efeitos psicofisiológicos podem contribuir para a redução do estresse e dos níveis de cortisol” (Nuki, Yoshiuchi, & Nomura, 1999, apud em M. N. Silva et al., 2016, p. 711). Observa-se que a música pode auxiliar na indução de relaxamento e, como consequência disso, facilitar o processo terapêutico.

Os estudos cujo público-alvo foram pessoas hospitalizadas também se destacaram, uma vez que pensar em hospitalização costuma gerar níveis de ansiedade. Assim, nota-se que o processo psicoterápico hospitalar deveria criar possibilidades de enfrentamento nos momentos de angústia. A arteterapia em hospitais tem diversas finalidades, contribuindo para o resgate criativo do paciente, facilitando a expressão de sentimentos dolorosos, resgatando a autonomia daquele sujeito e contribuindo para criar uma relação harmoniosa no ambiente hospitalar (Carvalho et al., 2020; Vieira et al., 2012). A arteterapia ajuda a obter um autoconhecimento através das artes; por exemplo: nos hospitais, ela ajuda o paciente a reconhecer a sua doença como uma oportunidade de novas experiências. Ademais, mostra-se um importante instrumento para a expressão da subjetividade humana, que permite ao psicólogo e ao cliente acessarem conteúdos emocionais, analisá-los e ressignificá-los.

As temáticas envolvendo a Psicanálise e Gestalt-terapia também merecem destaque. Segundo Reis (2014b, p. 144):

“Entre os anos 20-30, as teorias de Freud e Jung trouxeram as bases para o desenvolvimento inicial da arteterapia como campo específico de atuação, segundo descrevem Carvalho e Andrade (1995). Os autores relembram que Freud (1856-1939), ao analisar algumas obras de arte (por exemplo, o Moisés, de Michelangelo), observou que elas expressavam manifestações inconscientes do artista, considerando-as uma forma de comunicação simbólica, com função catártica”.

Quando Freud analisava as obras de arte, o que importava era o conteúdo revelado por uma determinada forma, visto que possibilitava decodificar a mensagem que o artista tentava transmitir em suas obras artísticas. “Partindo do pressuposto de que, por trás de qualquer obra artística, há uma psique criadora com uma história libidinal e identificatória cujos motivos próprios levaram à criação” (Nobre, 2010, p. 211). Assim, para Freud, uma obra de arte é um mundo a ser desvendado, sendo preciso apreciar minuciosamente os detalhes que o artista tenta transmitir em telas com diversas formas e cores.

A arte não somente permite que o indivíduo possa obter um novo significado da realidade como também contribui para o desenvolvimento de *insight*. Assim como a arteterapia, a gestalt-terapia também se fundamenta na abordagem fenomenológica e existencial, buscando estimular o sujeito a descobrir significados expressivos, proporcionando a modificação de ações (C. M. Silva et al., 2013).

O encontro entre terapeuta e cliente pode ser considerado uma arte, pois o sujeito é um ser aberto, em crescimento e evolução, que objetiva fazer trocas

criativas com o ambiente onde vive; é um ser relacional que interage com outros indivíduos, com a sociedade e com o mundo. O próprio sujeito é uma gestalt, sendo necessário entender o todo para, então, compreender as partes que o compõem; pois, informações isoladas não formam um indivíduo (C. M. Silva et al., 2013). No contexto psicanalítico, Franco e Sei (2019), relatam que, através da arteterapia e seus recursos artísticos-expressivos, auxiliou-se na emergência de conteúdos inconscientes; conseqüentemente, houve uma compreensão da dinâmica familiar, tornando-se uma proposta pertinente para o cenário da psicoterapia psicanalítica de casal e família.

Além disso, pode-se observar a arteterapia voltada ao campo de atuação dentro das áreas de psicologia social e terapia ocupacional. Valdanha et al. (2014) mencionam que o espaço de terapia com grupos é muito eficiente, pois os pacientes, por meio do relato das experiências dos outros participantes do grupo, adquirem conhecimentos, o possibilita a criação de novos *insights*; com a ajuda da arteterapia, os pacientes conseguem ter uma maior expressão de sentimentos. A temática relacionada à terapia ocupacional promove a prevenção, o tratamento e a reabilitação de sujeitos com alterações perceptivas, psicomotoras, afetivas e cognitivas, decorrentes de traumas, distúrbios genéticos ou doenças (E. M. F. A. Lima, Guimarães & Pastore, 2013). Por fim, a arteterapia pode ser aplicada individualmente ou em grupos, em variados locais e contextos. Utilizando a arte como processo terapêutico, é possível obter a melhoria da qualidade de vida e do desempenho pessoal, bem como contribuir com o estado de bem-estar de cada sujeito (Depret et al., 2019).

Considerações finais

Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar os estudos que a Psicologia brasileira tem publicado sobre arteterapia no país. Verificou-se que este fenômeno tem importância nos estudos e nas produções científicas, trazendo novas perspectivas sobre esse instrumento utilizado para ativar a perspectiva criativa do cliente, possibilitando a verdadeira expressão dos seus sentimentos, e se tornando um recurso valioso para o autoconhecimento e a externalização de sentimentos.

Os resultados obtidos indicam que os estudos sobre arteterapia realizados pela Psicologia brasileira são recentes e que essa área está em desenvolvimento no país. Em relação ao campo teórico, observa-se que essa temática ainda se encontra em consolidação no cenário nacional. Pelas poucas produções encontradas, nota-se a carência de estudos no Brasil, principalmente estudos empíricos de cunho quantitativo. Sugere-se, em estudos futuros, que se verifique o estado da arte internacional sobre o fenômeno a fim de que seja possível estabelecer um comparativo entre as práticas e as teorias desenvolvidas.

Ao identificar a importância de estudos de Psicologia referentes à arteterapia, espera-se que esta revisão possa contribuir para estudantes, psicólogos e também para o desenvolvimento da pesquisa nessa área. Como a arteterapia é uma importante técnica de resgate da capacidade criativa do indivíduo, ela pode ser utilizada

no processo terapêutico para possibilitar ao terapeuta um aprofundamento dos sentimentos do cliente.

Em razão de a temática estudada ainda ser pouco conhecida, há um vasto campo a ser estudado, cuja finalidade primordial é verificar os inúmeros benefícios da arteterapia para o processo terapêutico. Logo, discussões voltadas sobre o olhar dos profissionais que utilizam a arteterapia como método terapêutico, sua eficácia, e a visão das pessoas que praticam esse método são de grande relevância para profissionais da área e estudantes, pois abarcam uma nova técnica que auxiliará a entender e amenizar o sofrimento humano.

Referências

- Araújo, J. H. Q., & Vilela, A. M. J. (2018). A experiência com arte na colônia Juliano Moreira na década de 1950. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 25(2), 321-334. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702018000200002>
- Camargo, V. P., Lena, M. S., Dias, H. Z. J., & Roso, A. R. (2011). Costurando saúde: possibilidades de integração por meio da confecção de bonecos (as) de pano em um CAPS infantil. *Revista Psicologia Argumentos*, 29(64), 101-108. <https://doi.org/10.7213/rpa.v29i64.20365>
- Cardoso, A. M., & Munhoz, M. L. P. (2013). Grupo de espera na clínica-escola: Intervenção em arteterapia. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 14(1), 43-54. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-29702013000100006&lng=pt&nrm=iso
- Carvalho, G. B., Neto, S. B. C., & Ferreira, C. B. (2020). Arte como instrumento psicoterapêutico no tratamento hospitalar de pessoas com doenças onco-hematológicas. *Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 23(1), 95-108. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582020000100009
- Depret, O. R., Maia, E. B. S., Borba, R. I. H., & Ribeiro, C. A. (2019). Saúde e bem-estar: a arteterapia para profissionais de saúde atuantes em cenários de cuidado ambulatorial. *Escola Anna Nery*, 24(1), 1-9. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452020000100202&script=sci_arttext&tlng=pt
- Dib, E. P., & Abrão, J. L. F. (2013). Uma experiência terapêutica pré-cirúrgica: O uso do desenho como mediador lúdico. *Boletim de Psicologia*, 63(139), 159-174. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126781>

- Diógenes, J., & Pontes, R. J. S. (2016). A atuação do psicólogo na estratégia saúde da família: Articulações teóricas e práticas do olhar gestáltico. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 36(1), 158-170. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001702014>.
- Elmesany, E. N. M. (2010). A arte na promoção da resiliência: um caminho de intervenção terapêutica ocupacional na atenção oncológica. *Revista Nufem*, 1(2), 21-41. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000200003&lng=pt&nrm=iso.
- Fagali, E. Q., & Lacava, L. (2013). Identificação dos estilos cognitivos-afetivos de heróis dos contos e de sujeitos, em situações de aprendizagem, sob o enfoque psicopedagógico-arteterapêutico. *Revista Construção Psicopedagógica*, 21(22), 46-66. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542013000100005
- Farah, M. H. S. (2016). A imaginação ativa junguiana na dança de whitehouse: noções de corpo e movimento. *Revista Psicologia USP*, 27(3), 542-552. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150121>
- Franco, R. S., Almeida, M. C. S., & Sei, M. B. (2016) Recursos artístico-expressivos na terapia familiar: Um estudo teórico-clínico. *Revista da Psicologia da UNESP*, 15(1), 40-52. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v15n1/a04.pdf>
- Franco, R. S., & Sei, M. B. (2019). Segredo familiar e os recursos artísticos-expressivos na psicoterapia familiar: Um estudo teórico-clínico. *Psicologia: Teoria e Prática*, 21(1), 282-296. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v21n1/pt_v21n1a12.pdf
- Freire, A. B., & Oliveira, E. C. (2010). Sobre o tratamento analítico de um caso de autismo: Linguagem, objeto e gozo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(2), 257-268. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000800003>
- Furtado, J. R., Levitan, D., Titon, P., Castilho, F. V., & Zanella, A. V. (2011). Teatro sem vergonha: Jovens, oficinas estéticas e mudanças nas imagens de si mesmo. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(1), 66-79. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100007>
- Inforsato, E. A., Castro, E. D., Buelau, R. M., Valent, I. U., Silva, C. M., & Lima, E. M. F. A. (2017). Arte, Corpo, Saúde e Cultura num Território de Fazer Junto. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(2), 110-117. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i2/2160>
- Leite, A. S. C., Matos, A. H., Oliveira, I. B. S., & Araújo, L. S. (2013). Enveredando pelos caminhos da arte: a terapia ocupacional na produção de saúde de sujeitos infectados pelo HIV. *Revista do NUFEN*, 5(1), 64-81. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100008
- Lima, E. M. F. A. (2009). Machado de Assis e a psiquiatria: um capítulo das relações entre arte e clínica no Brasil. *Revista História, ciência, saúde-Manguinhos*, 16(3), 641-654. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000300004>
- Lima, E. M. F. A., Guimarães, D. O., & Pastore, M. D. N. (2013). Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na terapia ocupacional brasileira. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional UFSCar*, 21(2), 243-354. <https://doi.org/10.4322/cto.2013.026>
- Lima, M. C. P., Martins, K. P. H., Rocha, L. P., Parente, P. A., Jr., Castro, I. P., Pinheiro, N. M., & Domingues, M. (2013). Arte e mediação terapêutica: Sobre um dispositivo com adolescentes na clínica- escola. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 13(3-4), 775-

796. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000200015
- Machado, R. N., Carneiro, T. F., & Magalhães, A. S. (2008). Demanda clínica em psicoterapia de família: Arte-diagnóstico familiar como instrumento facilitador. *Revista Paidéia*, 18(41), 555-566. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300011>
- Nobre, T. L. (2010). Considerações sobre psicanálise e literatura: uma leitura de Madame. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 19(2), 201-224. Recuperado de <file:///C:/Users/3374331/Downloads/6723-16314-1-SM.pdf>
- Marins, M. R., Daher, D. V., Pinto, A. A., Cardoso, R. S. S., & Sá, S. P. C. (2019). Arteterapia e educação entre pares conectando o grupo: relato de experiência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(5) 1-5. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000500500&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Norgren, M. B. P. (2011). Cultura de paz e arteterapia. *Revista Construção psicopedagógica*, 19(18), 19-24. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542011000100004
- Oliveira, E. C. S., & Araújo, M. F. (2012). Aproximações do teatro do oprimido com a psicologia e o psicodrama. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 32(2), 340-355. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200006>
- Pádua, F. H. P., & Morais, M. L. S. (2010). Oficinas expressivas: uma inclusão de singularidades. *Revista Psicologia USP*, 21(2), 457-478. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000200012>
- Philippini, A. (2018). *Linguagens e materiais expressivos em arteterapia: uso, indicações e propriedades*. Rio de Janeiro: Ed. Wak.
- Pinheiro, F. P., & Colaço, V. R. (2010). Dramatizações e psicologia comunitária: Um estudo de processos de mediação simbólica. *Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 78-90. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200008
- Reis, A. C. (2014a). A arte como dispositivo à recriação de si: Uma prática em psicologia social baseada no fazer artístico. *Revista Barbarói*, 1(40), 246-263. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i40.3386>
- Reis, A. C. (2014b). Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 142-157. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100011>
- Santos Filho, J. M., & Costa, V. E. S. M. (2016). Encontrando um modo de ser esquizofrênico: Arte e técnica na gestalt-terapia. *Revista da Abordagem Gestalt*, 22(1), 27-36. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672016000100005
- Silva, C. M., Carvalho, M. E., & Lima, D. R. (2013). Arteterapia gestáltica e suas relações com o processo criativo. *Revista IGT na rede*, 10(18), 01-19. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1807-25262013000100003&lng=pt&nrm=iso

- Silva, M. N., Valadares, A. C. D., Rosa, G. T., Lopes, L. C. M., & Marra, C. A. S. (2016). Avaliação de músicas compostas para indução de relaxamento e de seus efeitos psicológicos. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 36(3), 709-725. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001672014>.
- Silva, R. S., & Nunes, J. A. (2015). Quando a terapia se torna arte: Teoria ator-rede e cocriação musical. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(4), 1238-1257. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.20258>
- Soares, M. H., Rolin, T. F. C., Machado, F. P., Ramos, L. K. F., & Rampazzo, A. R. P. (2018). Impacto da intervenção breve e arteterapia para usuários de álcool. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(6) 1561-1565. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/controlcancer/resource/pt/biblio-1042186>
- Valdanha, E. D., Cardoso, E. A. O., Ribeiro, R. P. P., Miasso, A. I., Pillon, S. C., & Santos, M. A. (2014). A arte de nutrir vínculos: Psicoterapia de grupo nos transtornos alimentares. *Revista SPAGESP*, 15(2), 94-108. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200008
- Vieira, M. C., Costa, J. M., Caminha, M. F. C., Campello, P. B., Silva, M. G. V., & Sampaio, M. A. (2012). Escutando contos, desenhando a vida: Arteterapia em enfermarias pediátricas de um hospital de ensino de alta complexidade em Pernambuco – IMIP. *Revista da SBPH*, 15(2), 46-64. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582012000200005

COVID-19 e as demandas psicológicas dos profissionais da saúde: revisão sistemática rápida

Gabriela Corbani Ribeiro
Bruna Letícia de Aviz Corrêa
Carlos Roberto Schmitz Júnior
Carolina Luiza Floriano
Maria Eduarda Cardoso
Maikon de Souza Michels

Resumo

O presente artigo faz uma revisão acerca das publicações brasileiras sobre as demandas psicológicas dos profissionais da saúde frente à COVID-19 e as estratégias propostas para o cuidado da saúde mental. Foram analisadas as bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), Literatura Latino -Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para a avaliação dos estudos científicos, utilizaram-se critérios de inclusão e exclusão, incluindo publicações que abrangeram o escopo da pesquisa e que foram elaboradas no primeiro semestre de 2020 e no idioma português, e apenas pesquisas primárias. Em razão da carência de publicações brasileiras acerca dos impactos psicológicos nos profissionais da saúde, percebe-se a necessidade de reunir as informações existentes de forma crítica. A partir disso, a condensação dos dados poderá auxiliar na elaboração de protocolos estratégicos preventivos para minimizar os prejuízos na saúde mental de profissionais da saúde em contextos semelhantes. Averiguou-se que o adoecimento psicológico destes profissionais é atravessado por problemáticas institucionais, gerenciais e econômicas que foram potencializadas no contexto pandêmico, agravando não somente as demandas psicológicas como também a desvalorização dos profissionais da saúde. Ressalta -se, ainda, que as principais limitações deste estudo estão relacionadas à pequena quantidade de pesquisas analisadas e escritas no período inicial da pandemia. Os achados não possuem um caráter cristalizado; por isso, a generalização e a interpretação dos resultados devem ser realizadas de forma cautelosa.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Saúde mental; Profissionais da saúde; Psicologia; COVID-19.

Abstract

COVID-19 and the psychological demands of healthcare professionals: a brief systematic review

This paper reviews Brazilian publications regarding the psychological demands of healthcare professionals during COVID -19 and the strategies proposed for their mental health safety. To conduct this study, the following databases were analyzed: The Scientific Electronic Library Online (SciELO), The Institutional Repository of the University of Brasilia (RIUnB), The Latin American & Caribbean Health Sciences Literatures (LILACS). For the evaluation of the scientific studies, inclusion and exclusion criteria were applied. Due to a deficiency of Brazilian publications around the psychological impacts of healthcare professionals, it is clearly necessary to gather the research that exists and analyze it critically. Thus, the conversion of existing data may assist in the development of future protocols with preventive strategies to decrease the damage to the mental health of healthcare professionals in similar situations. It was found that the psychological illness of healthcare professionals is intersected by institutional, managerials, and economic problems that in the pandemic context were enhanced. Consequently, the psychological demands and devaluation of the healthcare professionals became greater. Still, the main limitations of this paper are related to the small amount of research that existed in the initial period of the pandemic. The findings are not immutable, therefore the generalization and interpretation of the results must be carried out cautiously.

Keywords: Worker's health; Mental health; Health professionals; Psychology; COVID-19.

A partir do dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), reconheceu a existência de uma pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 (Cucinotta & Vanelli, 2020). O vírus foi detectado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China. A disseminação ocorreu rapidamente, provocando quadros clínicos que poderiam se tornar críticos. A doença pode causar infecções assintomáticas e, em casos mais graves, ocasionar um comprometimento respiratório. Na China, a letalidade entre os pacientes hospitalizados variou entre 4,3% a 15% (Ministério da Saúde, 2020).

Em relação ao surto de *Corona Virus Disease* (COVID-19), foi publicado um estudo na China com cerca de 1.563 profissionais da área da saúde cujo resultado demonstrou que 50,7% destes profissionais apresentaram sintomas de depressão, 44,7% ansiedade e 36,1% distúrbios do sono (Wu, Chan, & Ma, 2005). Outras pesquisas identificaram fatores como: carga de trabalho excessiva, isolamento e discriminação, tornando estes sujeitos mais vulneráveis à exaustão física e psíquica, além do sentimento de medo (Kang et al., 2020; Xiang et al., 2020).

Diante desse cenário, é importante destacar os aspectos envolvidos na pandemia, bem como a crise psicológica vivenciada pelos profissionais da saúde que trabalham na linha de frente no combate à doença. De acordo com Rodrigues e Silva (2020), os impactos causados pelo vírus geraram um grande desafio para o sistema de saúde pública, devido à rápida disseminação, às alterações no funcionamento interno hospitalar, ao aumento de internações, entre outros fatores.

Em razão da carência de publicações brasileiras acerca dos impactos psicológicos nos profissionais da saúde, é necessário reunir as informações existentes de forma crítica, visto que a condensação dos dados poderá auxiliar na elaboração de protocolos preventivos para minimizar os prejuízos na saúde mental de profissionais em contextos semelhantes.

Diante do exposto, pode-se inferir que a saúde mental dos profissionais da saúde foi impactada significativamente. Nesse sentido, espera-se que as publicações acerca do tema discorram de forma detalhada sobre: os fatores que contribuem para o adoecimento mental; os sintomas psíquicos, o aumento de quadros depressivos e ansiosos; as estratégias adotadas a fim de atender essas novas demandas; a superlotação dos hospitais e demandas de extensas jornadas de trabalho; e o descaso com a saúde no período da pandemia. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral revisar as publicações brasileiras sobre as demandas psicológicas dos profissionais da saúde frente à COVID-19 e as estratégias propostas para o cuidado da saúde mental.

Método

Trata-se de um estudo de revisão sistemática rápida, que pretende ser rigoroso e explícito no método, mas faz concessões à extensão ou profundidade do processo, limitando-se a aspectos particulares no processo de revisão sistemática (Sousa, Firmino, Vieira, Severino, & Pestana, 2018). Essa modalidade integra materiais com múltiplas perspectivas sobre o mesmo assunto, criando um panorama sobre

determinada temática que teve todas as etapas realizadas no mês de julho de 2020.

A revisão foi desenvolvida a partir das seguintes etapas: 1) definição do tema a ser explorado; 2) seleção das bases de dados; 3) escolha das palavras -chave; 4) busca e armazenamento de resultados; 5) seleção de artigos pelo resumo a partir dos critérios de inclusão e exclusão; 6) extração dos dados dos artigos selecionados; 7) análise dos artigos; e 8) síntese e interpretação dos dados (Akobeng, 2005 como citado em Koller, Couto, & Hohendorff, 2014).

A etapa inicial para a escolha do tema e das bases de dados foi realizada por quatro autoras, levando em consideração repositórios focados na área da Saúde. Com o propósito de responder ao objetivo, foram analisadas as bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO – sigla de Scientific Electronic Library Online), Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB), Literatura Latino -Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

A questão norteadora da pesquisa foi: “Quais as demandas psicológicas dos profissionais da saúde frente à COVID-19 e as estratégias propostas para o cuidado da saúde mental?”. Os descritores “saúde do trabalhador” e “COVID-19” foram aplicados somente em português e combinados com o operador booleano *AND*. Cinco autoras realizaram esta etapa; assim, dúvidas ou inconsistências no processo de busca foram esclarecidas posteriormente.

Para a avaliação dos estudos científicos, utilizaram-se critérios de inclusão e exclusão. Desse modo, as publicações incluídas abrangeram o escopo da pesquisa, foram elaboradas no primeiro semestre de 2020, no idioma português e nas pesquisas primárias. Os materiais foram provenientes de sites ou pesquisa geral em rede, artigos de revisão sistemática, integrativa e narrativas; ressalta-se que publicações em outros idiomas foram excluídas.

Esta extração dos dados foi realizada por quatro autoras que, após realizarem a leitura dos textos completos, analisaram e identificaram as partes mais relevantes para a pesquisa a partir das unidades mencionadas. Para tanto, as informações foram apresentadas em duas tabelas: a primeira contém os dados a serem utilizados no tópico “discussão” e a segunda mostra citações importantes para os demais tópicos do texto. Posteriormente, houve a revisão por uma das pesquisadoras.

Resultados

As estratégias de busca identificaram 36 artigos potencialmente relevantes nas bases de dados consultadas. Durante o processo de seleção, a partir da leitura prévia de todos os títulos e resumos, foi eliminada uma referência duplicada (referência idêntica) e 26 referências que não estavam de acordo com os critérios de inclusão preestabelecidos. Após a leitura do texto completo das referências, confirmou-se a elegibilidade. O *corpus* da revisão foi constituído por nove estudos originais, elaborados em 2020. Os resultados da busca encontram-se ilustrados na Figura 1.

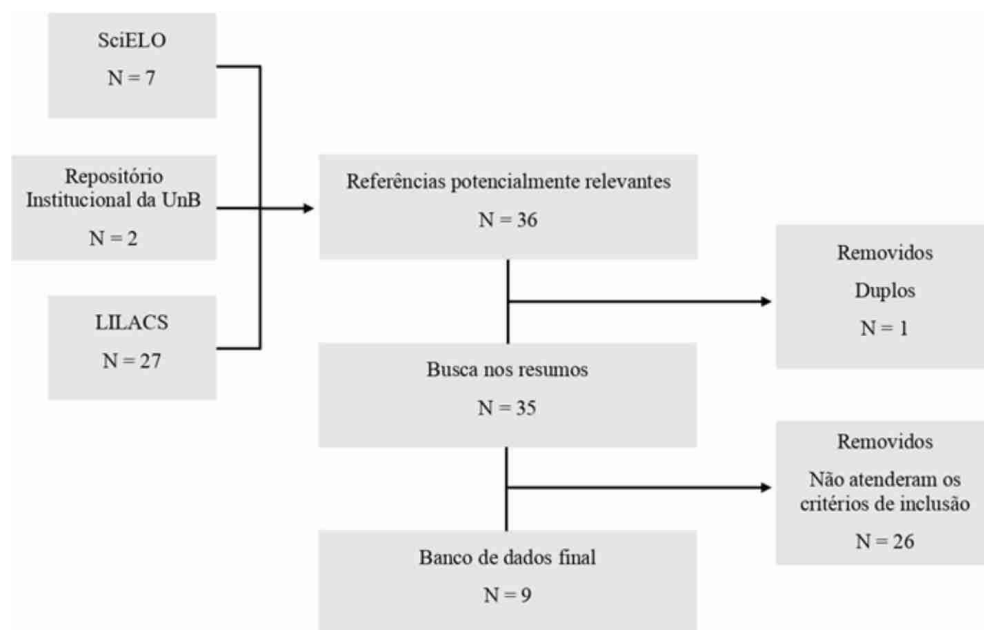


Figura 1. Resultados da busca de Corrêa, Schmitz, Floriano, Ribeiro e Cardoso (2020).

Os materiais selecionados foram publicados no idioma português. Em relação ao delineamento metodológico, uma pesquisa é quantitativa e oito são qualitativas.

Tabela 1

Informações técnicas dos artigos selecionados

Título	Autores	Ano	Periódico
Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de COVID-19 e respostas à pandemia	Almeida, I.	2020	Rev. Bras. Saúde Ocup., 45(17)
Saúde do trabalhador em tempos de Covid-19: Reflexões sobre saúde, segurança e terapia ocupacional	Barroso, Souza, Bregalda, Lancman, & Costa.	No prelo	Cad. Bras. Ter. Ocup., 28(3)
COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul	Duarte, Santo, Lima, Giordani, & Trentini .	2020	Ciênc. Saúde Coletiva, 25(9)
A saúde do trabalhador e o enfrentamento da Covid-19.	Fiho, Assunção, Algranti, Garcia, Saito, & Maeno.	2020	Rev. Bras. Saúde Ocup., 45(14).
COVID-19: Por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é prioritária no combate à pandemia?	Helioterio, Lopes, Sousa, Souza, Freitas, Sousa, & Araújo.	No prelo	SciElo Preprints
Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde: no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais	Ministério da Saúde.	2020	Ministério da Saúde
Nota Técnica: Saúde mental e apoio e psicossocial na atenção especializada.	Ministério da Saúde.	2020	Ministério da Saúde
Gestão da pandemia Coronavírus em um hospital: relato de experiência profissional	Rodrigues & Silva .	2020	J. nurs. health, 10(4)
Intervenções em saúde mental para profissionais de saúde frente a pandemia de Coronavírus	Saidel, Lima, Campos, Loyola, Esperidião, & Rodrigues.	2020	Rev. Enferm. UERJ., 28

O estudo de Duarte, Santo, Lima, Giordani e Trentini (2020, p. 1) teve como objetivo averiguar a “associação entre o distanciamento social, impacto na renda familiar e exposição a informações com os indicadores de sintomas de transtornos mentais em residentes do estado do Rio Grande do Sul durante a pandemia de COVID -19”. A pesquisa foi realizada no período em que o índice de distanciamento social no Rio Grande do Sul divergiu entre 58,6% (10 de abril) e 43,3% (23 de abril). A amostra foi constituída por 799 participantes, sendo estes trabalhadores da saúde (14,4%), trabalhadores de outras áreas e estudantes. Os pesquisadores identificaram fatores que podem gerar prejuízo na saúde mental, que são: não ser trabalhador da saúde, ter renda diminuída, estar incluído no grupo de risco e ter mais acesso a informações sobre mortos e infectados (Duarte et al., 2020).

Outro artigo que também versa sobre a COVID-19, publicado em tempo recorde apresentou um conjunto de considerações a respeito da saúde do trabalhador (Fiho et al., 2020). Os autores buscaram entender de que maneira as atividades e condições do exercício profissional podem influenciar na disseminação do vírus e apontaram a importância de haver planejamento de estratégias e medidas de proteção para o enfrentamento da pandemia no ambiente de trabalho.

Em um hospital da região metropolitana de Porto Alegre, um estudo teve o propósito de retratar as experiências da gestão para os atendimentos de pacientes com suspeita ou com resultado positivo de COVID -19 (Rodrigues & Silva, 2020). Os resultados revelaram a necessidade da manutenção contínua da atualização técnico - científica em razão do despreparo dos protocolos institucionais que, no momento, se encontram em alterações gradativas. Outras preocupações observadas pela equipe médica e de enfermagem foram sobre a racionalização do consumo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e as inseguranças frente às mudanças radicais em seu ambiente de trabalho.

No quadro de emergência mundial devido à pandemia, alguns profissionais se situam em uma posição elevada de exposição ao vírus, sobretudo os trabalhadores da saúde. Nesse sentido, outro artigo buscou sistematizar questões relacionados às condições de trabalho e de saúde desses trabalhadores, pontuando iniciativas de outros países e as recomendações para o contexto brasileiro. Foram identificadas algumas medidas de proteção e combate à pandemia de outros países, tais como: adaptação das situações de trabalho, testagem sistemática e estratégias de assistência aos trabalhadores. Em relação ao Brasil, evidenciaram-se as seguintes orientações: verificação dos fluxos de atendimento e indicações para cada etapa de atendimento, reconhecimento da COVID-19 como uma doença relacionada ao trabalho para os grupos expostos, registro das fichas de ocupação nos sistemas, condições especiais para o trabalho frente à pandemia, precaução em função das jornadas de expediente e intervenções para atenuação de estressores ocupacionais (Helioterio et al., no prelo).

Com a atipicidade da pandemia, surgem adversidades nos fatores ocupacionais em relação à saúde mental. Outro artigo refletiu sobre as ações de cuidado focadas para os profissionais da saúde que atuam junto ao paciente suspeito ou confirmado com COVID -19. Os autores verificaram iniciativas assertivas para a

manutenção da saúde mental dos trabalhadores de saúde, em especial relacionadas ao esclarecimento da doença, ao uso correto de EPIs, ao apoio aos profissionais em risco de sofrimento e de adoecimento psíquico, e ao suporte psicológico oferecido através de plataformas digitais (Saidel et al., 2020).

No campo teórico, ainda relacionado ao impacto ocupacional da COVID-19, um ensaio procurou apontar possíveis incentivos na área da saúde e segurança do trabalhador, com relação às atuações da Terapia Ocupacional no Brasil. R espaldando-se em leis, políticas, normas e recomendações internacionais, os pesquisadores assinalaram a fragilidade das diretrizes e a necessidade de o Governo Federal com os Governos Estaduais e Municipais elaborarem normas para a adequação das condições de trabalho durante a pandemia. No que concerne à Terapia Ocupacional, destacam-se as estratégias inclusivas, de prevenção, de proteção e de recuperação da saúde direcionadas tanto em prol dos trabalhadores da saúde quanto aos indivíduos diagnosticados com o coronavírus, além de ponderar ações para alcançar aqueles que trabalham de forma desregulamentada (Barroso, Souza, Bregalda, Lancman, & Costa, no prelo).

Na perspectiva de políticas no contexto da pandemia, um estudo investigou os desafios para a elaboração e implementação de categorias e estratégias no combate à COVID-19. Com base nos planos de resposta desenvolvidos pela OMS, os autores enfatizaram um dos três objetivos: “Minimizar o impacto da epidemia sobre sistemas de saúde, [...]” (Almeida, 2020, p. 2). A partir disso, discute-se o destaque que é dado apenas ao uso de EPIs e a medidas de higiene como ações de proteção dos trabalhadores da saúde, o que potencialmente minimiza a importância referida aos demais controles, como de eliminação, de engenharia e administrativos para a prevenção da doença. É levantada também a necessidade de realizar treinamentos para os trabalhadores, possibilitando o reconhecimento de eventos de risco associados ao desafio de adaptações de novas atividades diante da pandemia, realçando as diferentes interações entre colegas, instrumentos e contextos decorrentes (Almeida, 2020).

As demais publicações apresentaram orientações e serviços, propriamente ditos, aos gestores e trabalhadores da saúde no atendimento de pacientes com COVID-19. O Ministério da Saúde (MS), em uma nota técnica indicou sentidos de autocuidado, cuidado em saúde mental e apoio psicossocial. Em outro material mais detalhado, o órgão federal propôs um compilado de informações para auxiliar a implementar ações de minimização da exposição à COVID-19. No registro de transmissão dessa doença em todo o território nacional, o Ministério da Saúde recorreu ao Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para organizar o plano de resposta a essa emergência, prestando suporte na tomada de decisão de gestores e técnicos, e na definição de estratégias adequadas para o combate ao novo coronavírus (Ministério da Saúde, 2020).

No que se refere às principais limitações dos estudos incluídos nesta revisão, constata-se que se tratam de recortes temporais, haja vista que, no quadro emergencial atual, surgem novas informações e mudanças significativas constantemente. Além disso, o tamanho amostral dos estudos e a falta de avaliação do estado de saúde mental dos profissionais da saúde podem ser considerados fatores

que limitam o alcance e a interpretação dos resultados que podem se sustentar ao longo do tempo de pós-pandemia.

Discussão

O isolamento social é uma forma eficaz de reduzir a transmissão do vírus; contudo, mesmo que abdicuem do convívio social, os profissionais que trabalham na área hospitalar são submetidos diariamente à doença. Nesse cenário, o medo de infectar-se e transmitir o vírus aos familiares mais próximos se intensifica ao passo que o profissional entra em contato com a gravidade da doença (Saidel et al., 2020).

Apesar de informações científicas indicarem um rigoroso protocolo de isolamento é a melhor maneira para frear a propagação do vírus, figuras com altos cargos políticos no Brasil e nos Estados Unidos insistem em incentivar informações com o argumento de que a flexibilização do isolamento é positiva para a economia. Em um estudo realizado pela Universidade de Chicago, uma série de perguntas foi realizada para especialistas em economia (Gazeta do Povo, 2020), como: “Abandonar medidas de *lockdown* quando a possibilidade de contaminação pelo coronavírus continua alta deve levar a um dano econômico maior do que manter as medidas de isolamento para eliminar a possibilidade de novo aumento no número de casos?”. Como resultado desse questionamento, a universidade obteve o seguinte resultado: 1) 41% concordaram fortemente com essa afirmação; 2) 39% afirmaram concordar; e 3) nenhum entrevistado discordou.

Dessa forma, o discurso político que sugere a flexibilização está em descompasso com as informações científicas. Compreende-se que a flexibilização econômica atinge massivamente uma camada social específica, marcada historicamente pela falta de recursos econômicos e de saúde. Como reflexo, obtêm-se uma população com alto nível de exposição ao vírus e acesso a um sistema de saúde precário potencializado pelas hipertensões ambulatoriais e de tratamento intensivo.

A possibilidade de transmitir o vírus aos entes queridos assume um ponto de apreensão, angústia e receio, porque o ambiente de trabalho se torna propício para o agravamento da saúde mental dos profissionais da área da saúde (Almeida, 2020; Barroso et al., no prelo; Ministério da Saúde, 2020; Rodrigues & Silva, 2020). Em relato, Rodrigues e Silva (2020) destacam que o sentimento de medo é apresentado de forma constante pelos enfermeiros do hospital onde atuam e está relacionado especialmente à provável contaminação individual e familiar. Nessa condição, os profissionais podem desenvolver uma noção de que o mundo é hostil e perigoso, pois a doença invade física e subjetivamente um local que era tido até então como protetivo e acolhedor: seu lar. Neste espaço privativo, encontram-se seus familiares; logo, os profissionais se sentem impotentes para protegê-los, podendo surgir relações intrafamiliares conflituosas e o sentimento de culpa por estarem expondo diariamente os entes queridos à doença.

Os dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são úteis para inserir aqui um recorte sociocultural da força de trabalho na área da saúde. A pesquisa revelou que grande parte dos cargos em saúde humana e

serviços sociais é ocupada por mulheres, mais especificamente 2.413.508 mulheres e 840.585 homens compõem as categorias (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Considerar o marcador social gênero implica a construção de reflexões alicerçadas à história e, portanto, pensar nas expectativas sociais que são alocadas sobre as mulheres. As relações de poder nos moldes patriarcais moveram as figuras femininas para as responsabilidades domésticas e para a criação dos filhos; entretanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas não acompanhou a divisão de tarefas domésticas entre os casais, havendo uma sobrecarga feminina.

Mais recentemente, o IBGE mostrou que a carga horária semanal de trabalho remunerado, combinada ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos de pessoas de 14 anos ou mais, é superior para as mulheres em comparação aos homens: 54,3 e 51,2 horas, respectivamente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). Os dados ilustram claramente as expectativas que existem acerca das responsabilidades domésticas construídas historicamente como femininas. Nesse sentido, a exaustão física e psicológica podem coexistir na vida dessas profissionais tanto no campo laboral quanto em seus lares.

As condições e o funcionamento do contexto hospitalar podem agir como estressores do adoecimento mental (Barroso et al., no prelo; Fiho et al., 2020; Rodrigues & Silva, 2020), a escassez de EPIs acentua o medo de contrair a doença e o sentimento de vulnerabilidade, sendo a falta destes uma das particularidades relacionadas à desvalorização dos profissionais da saúde (Barroso et al., no prelo). Somado a esta carência, a dinâmica laboral pode sofrer adaptações que exigem mais dos trabalhadores, por exemplo, a realização de atividades que não possuem familiaridade e/ou longas jornadas diárias (Ministério da Saúde, 2020). Além dessas condições, o sistema de saúde é ameaçado por um possível colapso e sobrecarga, visto que existem outras demandas a serem atendidas além dos indivíduos infectados pelo COVID-19 (Rodrigues & Silva, 2020).

Apesar de existirem orientações de biossegurança, há condições que assumem uma via de contramão ao que é recomendado. Existem denúncias registradas por profissionais e sindicatos pautadas nas condições de trabalho que englobam a insuficiência de treinamentos e equipamentos, bem como jornadas diárias exaustivas (Fiho et al., 2020; Barroso et al., no prelo). Assim, o cansaço manifesta-se de forma dual: como exaustão “física” e “mental” – e esta envolve medo, angústia, ansiedade e sentimento de impotência diante das incertezas e dos rumos da doença.

A desvalorização dos profissionais da saúde não é uma problemática gerada pela pandemia; pois as exaustivas cargas horárias, o excesso de funções e a falta de tecnologias e equipamentos hospitalares acompanharam a própria história das profissões que compõem a Área da Saúde. Os responsáveis pelos cuidados dos enfermos partilham, em certo nível de identificação com eles, um adoecimento gradual acompanhado da falta de atenção com a própria saúde.

Estes apontamentos geram uma reflexão acerca do descaso em saúde. Para tanto, é necessário compreender que elucidar essas questões não significa delegar ao profissional da saúde a responsabilidade por sua enfermidade. Na verdade,

significa localizar em quais espaços esses trabalhadores e as problemáticas institucionais se encontram. Faz -se, aqui, uma analogia com um pêndulo: sendo o profissional da área da saúde considerado como um “corpo circular” e o “fio que o suporta” o seu trabalho, pode-se pensar que um ponto de equilíbrio (centro) seria a atuação deste profissional; contudo, este “corpo” não permanece em equilíbrio, porque vai de uma extremidade até outra passando pelo centro; as “extremidades” representam as condições de trabalho impostas sutil ou brutalmente. Portanto, como o trabalho é o fio que suporta o trabalhador, este fica à mercê dos movimentos fora de um ponto de equilíbrio, ou seja, submetido às condições de trabalho.

As condições de trabalho e os seus impactos já foram exaustivamente narradas por autores de diferentes áreas da saúde ao longo dos anos (Assis, 2019; Elias & Navarro, 2006; Miranda, Santana, Pizzolato, & Saquis, 2020; Nogueira-Martins, 2003; Scherer et al., 2016; Silva, 2007; Silva, 2017). Para corroborar com os pressupostos apresentados, ressalta-se o estudo de Elias e Navarro (2006), o qual averiguou que o ambiente de trabalho em saúde foi percebido pelos profissionais participantes como desgastante, estressor e marcado por falta de cuidado das instituições com os profissionais, ocorrência de acidentes com materiais contaminados e rivalidade interna.

Os achados da pesquisa de Duarte e colaboradores (2020) concluem que o desenvolvimento de transtornos mentais em profissionais da saúde é 40% menor em comparação aos demais indivíduos; contudo, muitos deles não estavam trabalhando no período. Estes achados, ainda, denotam que esses profissionais possuem mais contato com a doença; entretanto, tendem a ter mais acesso à saúde e ao conhecimento acerca dos cuidados necessários na pandemia. Esses fatores podem contribuir para a manutenção da saúde mental dos trabalhadores mas não a garantem, porque existe um prisma de circunstâncias individuais, interpessoais e funcionais (isto é, a dinâmica hospitalar e as carências instrumentais) que podem agir como desencadeadores do sofrimento psíquico (Almeida, 2020; Barroso et al., no prelo; Fiho et al., 2020; Ministério da Saúde, 2020; Rodrigues & Silva, 2020; Saidel et al., 2020).

A repentina e constante superlotação dos hospitais passou a exigir dos profissionais da saúde extensas jornadas de trabalho. Essa condição, junto às citadas anteriormente, estão diretamente ligadas ao adoecimento psicológico desses profissionais, que passaram a relatar em grande escala sintomas de estresse, ansiedade, depressão, medo e insônia. Além disso, um estudo realizado por médicos de Wuhan (Kang et al., 2020) aponta consequências danosas que estão relacionadas com esses sintomas, como: problemas de atenção, compreensão, habilidades de tomada de decisão, entre outros. Esses efeitos, além de estarem associados ao adoecimento desses profissionais, também está correlacionado com a redução da eficácia do trabalho realizado por estes no combate contra a COVID -19. O grande aumento da jornada de trabalho dos profissionais da saúde no contexto pandêmico surge como reflexo da falta de interesse e gestão política no combate da pandemia. Os trabalhadores passaram a enfrentar a pandemia sem uma administração organizada; passaram, portanto, a assumir responsabilidades excessivas.

Pode -se perceber um descaso político na elaboração de medidas eficazes no combate do vírus. O Ministério da Saúde, por exemplo, no ano de 2020 passou pela posse de três ministros diferentes, mas nenhum deles apresentou um plano integrado contra a doença (Folha de São Paulo, 2020). Alguns autores ressaltam a relevância da oferta de serviços aos profissionais, a necessidade de treinamentos para a equipe e a divulgação em larga escala de informações corretas para que os trabalhadores da saúde sintam-se mais seguros e haja uma diminuição da ansiedade (Almeida, 2020; Rodrigues & Silva, 2020; Ministério da Saúde, 2020 ; Sidel et al., 2020). Em relação ao treinamento, indica-se o curso gratuito para uso de EPIs ofertado pelo Instituto Israelita Albert Einstein (Ministério da Saúde, 2020).

Em um documento de recomendações produzido pelo Ministério da Saúde (2020), o órgão cita a Consultoria clínica e o apoio a profissionais de saúde, através de um canal com atendimento gratuito pelo número 0800 644 6543. Com o intuito de conhecer o protocolo de atendimento, os pesquisadores do presente estudo entraram em contato com o serviço em 22 de julho de 2020. Uma das opções de atendimento é destinada aos profissionais e acadêmicos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio do programa TelePSI. Os procedimentos consistem em solicitar dados sociodemográficos para que seja efetuado o cadastro no sistema, posteriormente o indivíduo recebe, pelo aplicativo WhatsApp, um link para completar os dados. Em seguida, o interessado deve responder um questionário destinado a avaliar fatores sintomáticos. De acordo com as respostas, pode haver o envio destas aos profissionais de saúde mental para que seja realizada uma intervenção mediante telechamada.

Existem orientações aos gestores e trabalhadores do contexto hospitalar que visam à manutenção da saúde mental. Aos gestores, recomenda-se que estejam atentos às suas condições de saúde e dos demais profissionais, e prezem pelo estabelecimento de rodízios e horários flexíveis entre os trabalhadores para evitar exaustão e estresse (Ministério da Saúde, 2020). Ainda, é elencada a importância do emprego de mecanismos utilizados no passado para enfrentamento de problemas (Ministério da Saúde, 2020).

Apesar de haver estímulos para garantir meios de atender às demandas dos profissionais, há um fator controverso no material desenvolvido pelo Ministério da Saúde (2020). Esta controvérsia não se restringe ao documento citado, mas é essencial para figurar a situação. São sugeridas possibilidades de redução de danos, mas muitas se limitam a responsabilizar o cuidado mental somente aos profissionais de saúde. Nas medidas de controle administrativo, como último tópico, cita-se que a disponibilização de apoio psicossocial deve ocorrer quando possível, enquanto os demais métodos são descritos de forma mais detalhada e instrutiva. O autocuidado e a atenção aos colegas da equipe são artifícios válidos; entretanto, a contribuição de profissionais da Psicologia pode potencializar a promoção da saúde se houver acompanhamento individual e planejamento de estratégias assertivas diante do contexto. Portanto, ressalta-se: o apoio psicológico não deve ser empregado quando possível, mas sempre que necessário.

A analogia do pêndulo se mostra presente novamente aqui. Os profissionais assumem tarefas exaustivas e que, muitas vezes, extrapolam seu nível de experiência e/ou conhecimento teórico; são atravessados constantemente por gestões e condições de trabalho precárias; mas, além disso, são responsabilizados a se manterem no centro do pêndulo, ou seja, em equilíbrio. Inferir que o profissional deve ser o único mantenedor de sua saúde mental é desconsiderar os aspectos sociais, econômicos, gerenciais e governamentais que atravessam a sua prática profissional.

Conforme Paparelli, Sato e Oliveira (2010) , é preciso criar um trabalho de assistência e prevenção no que diz respeito à saúde mental dos trabalhadores da saúde levando em consideração as particularidades e as subjetividades de cada instituição, devido ao alto nível de desgaste mental. Portanto, orienta-se que uma das maneiras de o profissional psicólogo agir efetivamente neste contexto é a partir da criação de planos estratégicos duplamente individuais, ou seja, que considerem as idiosincrasias, demandas, problemáticas, necessidades da instituição de saúde e dos profissionais que serão atendidos. Esse plano de ação pode ser composto por atividades de recreação e relaxamento (como meditação e tempo para descanso em um ambiente adequado), atendimento breve focal e acolhimento , considerando os aspectos da dimensão institucional, tais como as cargas horárias de cada profissional e rotatividade de trabalho.

Considerações Finais

Averiguou-se que os fatores diretos e indiretos, individuais e do contexto hospitalar estão intrinsecamente ligados ao adoecimento mental dos trabalhadores da linha de frente no combate ao novo coronavírus; e acrescentam-se as principais medidas adotadas que buscam promover a saúde e minimizar os impactos decorrentes do cenário pandêmico.

Deve-se esclarecer que a hipótese referente à descrição detalhada de sintomas ocasionados pelas repercussões e abruptas mudanças foi parcialmente confirmada, uma vez que as publicações revisadas focaram nos extremos, isto é, os fatores desencadeadores do adoecimento mental e as estratégias a serem implantadas para manutenção da saúde mental. Entretanto, o ponto intermediário – sintomas – foi brevemente explorado.

Existem limitações nas publicações revisadas, pois são recortes temporais em um contexto incerto. Portanto, as principais limitações deste estudo estão relacionadas à pequena quantidade de pesquisas analisadas e escritas no período inicial de pandemia – primeiro semestre de 2020, ao fato de os achados não possuírem um caráter cristalizado; por isso, a generalização e interpretação dos resultados devem ser realizadas de forma cautelosa. Ademais, este estudo pode servir como base para adaptações de estratégias atuais e para a elaboração de protocolos que objetivem o enfrentamento de situações semelhantes mediante estratégias que minimizem os impactos na saúde mental dos trabalhadores da área da saúde.

Referências

- Almeida, I. (2020). Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de COVID -19 e respostas à pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45(17). <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.140>
- Assis, B. C. S. de. (2019). *Satisfação e sobrecarga de trabalho entre profissionais de equipes da Atenção Primária à Saúde* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30264/1/Bianca%20Cristina%20Silva%20de%20Assis.pdf>
- Barroso, B. I. de L., Souza, M. B. C. A. de, Bregalda, M. M., Lancman, S., & Costa, V. B. B. da. (no prelo). Saúde do trabalhador em tempos de Covid-19: Reflexões sobre saúde, segurança e terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.326>
- Cucinotta, D., & Vanelli, M. (2020). WHO Declares COVID -19 a Pandemic. *Acta Bio Medica Atenei Parmensis*, 91(1), 157-160. <https://doi.org/10.23750/abm.v91i1.9397>
- Duarte, M. de Q., Santo, M. A. da S., Lima, C. P., Giordani, J. P., & Trentini, C. M. (2020). COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul. *Ciência e saúde coletiva*, 25(9), 3401-3411. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>
- Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2006). A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(4), 517-25. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000400008>
- Fiho, J. M. J., Assunção, A. Á., Algranti, E., Garcia, E. G., Saito, C. A., & Maeno, M. (2020). A saúde do trabalhador e o enfrentamento da Covid-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45(14). <https://doi.org/10.1590/2317-6369ed0000120>
- Folha de São Paulo (2020). *Três ministros da saúde e uma pandemia: o ano em que ficamos doentes*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/tres-ministros-da-saude-e-uma-pandemia-o-ano-em-que-ficamos-doentes.shtml>
- Gazeta do Povo (2020). *Acabar com a quarentena agora é o melhor ou pior para a economia? O que dizem os especialistas*. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/coronavirus-quarentena-economia-efeitos/>.
- Helioterio, M. C., Lopes, F. Q. R. S., Sousa, C. C., Souza, F. O., Freitas, P. S. P., Sousa, F. N. F. S., & Araújo, T. M. (no prelo). Por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é COVID-19 prioritária no combate à pandemia? *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.664>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Amostra - Trabalho*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22957>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/>

genero/20163 -estatisticas-de- genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads

- Kang, L., Li, Y., Hu, S., Chen, M., Yang, C., Yang, B. X., ... & Liu, Z. (2020). The mental health of medical workers in Wuhan, China dealing with the 2019 novel coronavirus. *Lancet Psychiatry*, 7(3), e14. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30047-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30047-X).
- Koller, S., Couto, M., & Hohendorff, J. (2014). *Manual de produção Científica*. São Paulo: Penso Editora Ltda.
- Ministério da Saúde. (2020). *Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde: no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais*. São Paulo. Recuperado de <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/05/1096252/01-recomendacoes-de-protecao.pdf>.
- Ministério da Saúde. (2020). *Nota Técnica: Saúde mental e apoio e psicossocial na atenção especializada*. São Paulo. Recuperado de <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/June/01/Nota-Tecnica-Saude-Mental-e-Apoio-Psicossocial-na-Atencao-Especializada--1-.pdf>
- Miranda, F. M. D'A., Santana, L. L., Pizzolato, A. C., & Saquis, L. M. M. (2020). Condições de trabalho e o impacto na saúde dos profissionais de enfermagem frente à covid-19. *Cogitare Enferm.*, 25 (72702). <http://doi.org/10.5380/ce.v25i0>
- Nogueira-Martins, L. A. (2003). Saúde Mental dos Profissionais de Saúde. *Rev. Bras. Med. Trab. Belo Horizonte*, 1 (1), 56-68. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Antonio-Martins/publication/235433058_Saude_mental_dos_profissionais_de_Saude/links/09e41511a19791cfe8000000/Saude-mental-dos-profissionais-de-Saude.pdf
- Paparelli, R., Sato, L., & Oliveira, F. A. (2011). Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Rev. Bras. Saúde ocup., São Paulo*, 36(123), 118- 127. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572011000100011>
- Rodrigues, N. H., & Silva, L. G. A. (2020). Gestão da pandemia Coronavírus em um hospital: relato de experiência profissional. *J. nurs. health*, 10(4). <https://doi.org/10.15210/jonah.v10i4.18530>
- Saidel, M. G. B., Lima, M. H. M., Campos, C. J. G., Loyola, C. M. D., Esperidião, E., & Rodrigues, J. (2020). Intervenções em saúde mental para profissionais de saúde frente a pandemia de Coronavírus. *Rev. Enferm. UERJ*, 28. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.49923>
- Scherer, M. D. dos A., Oliveira, N. A. de, Pires, D. E. P. de, Trindade, L. de L., Gonçalves, A. S. R., & Vieira, M. (2016). Aumento das cargas de trabalho em técnicos de enfermagem na atenção primária à saúde no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, 14(Supl. 1), 89-104. <https://doi.org/10.1590/19817746-sol00030>
- Silva, E. A. (2007). *Dores dos cuida-dores em saúde mental: Estudo exploratório das relações de (des) cuidado dos profissionais de saúde mental em Centros de Atenção Psicossocial de Goiânia-Go (Dissertação de Mestrado)*. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2395/1/2007_ElisaAlvesdaSilva.pdf
- Silva, M. P. (2017). *Bournout, Engagement, Tecnostress e Satisfação Laboral em Profissionais da Saúde do Interior Norte de Portugal* (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia e de

Ciências da Educação. Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104846/2/197101.pdf>

Sousa, L. M. M., Firmino, C. F., Vieira, C. M. A. M., Severino, S. S. P., & Pestana, H. C. F. C. (2018). Revisões da Literatura Científica: Tipos, Métodos e Aplicações em Enfermagem. *Rev. Port. Enfer. Reab.* 1(1), 45-54. <https://doi.org/10.33194/rper.2018.v1.n1.07.4391>

Wu K. K., Chan S. K., & Ma, T. M. (2020). Posttraumatic stress after SARS. *Emerging Infectious Diseases*, 11(8), 1297–1300. <https://doi.org/10.3201/eid1108.041083>

Xiang, Y. T., Jin, Y., Wang, Y., Zhang, Q., Zhang, L., & Cheung, T. (2020). Tribute to health workers in China: A group of respectable population during the outbreak of the COVID-19. *Int J Biol Sci*, 16(10), 1739-1740. <https://doi.org/10.7150/ijbs.45135>

Avaliação psicológica na cirurgia bariátrica: percepção de usuários e psicólogos

Luziany Silva Santos
Jamir Sardá Jr.
Paula Bresan Doneda
Andressa Bottega Tomasoni
Natasha Balardin

Resumo

A atuação do psicólogo no processo de cirurgia bariátrica é uma prática importante clinicamente. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, investigou a percepção de alguns pacientes submetidos à cirurgia bariátrica sobre o processo de avaliação psicológica, bem como a de alguns psicólogos que realizam esta atividade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Foram entrevistados 11 pacientes candidatos à cirurgia bariátrica ou que já a realizaram e quatro psicólogas que atuam nesta área. Os resultados indicam que existem normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) detalhadas; todavia, as normativas do Conselho Federal de Psicologia (CRP) podem ser implementadas. Existe uma concordância entre os psicólogos sobre os aspectos a serem avaliados; no entanto, há uma demanda de protocolos para nortear as condutas nesta área. Verifica-se que os pacientes reconhecem a importância da participação do psicólogo nesse processo.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Cirurgia bariátrica; Psicologia da saúde.

Abstract

Psychological assessment for bariatric surgery: patients and psychologists perceptions

The role of the psychologist in the bariatric surgery process is an important clinical practice. The present qualitative paper examined the perception of patients undergoing bariatric surgery in matters of the psychological assessment process, as well as some of the psychologists who perform this medical procedure. This research is qualitative, descriptive, and exploratory. Eleven patients who were candidates for bariatric surgery or who had already undergone it and four psychologists who work in this area were interviewed. The results indicate that there are detailed regulations of the Brazilian Federal Council of Medicine (CFM) and the National Agency for Supplementary Health Services (ANS), nevertheless, regulations of the Brazilian Federal Council of Psychology (CRP) can be implemented. There is an agreement among psychologists on the aspects to be evaluated; however, there is a demand for protocols to guide the procedures in this area. It was found that patients recognize the importance of the psychologist's participation in this process.

Keywords: Psychological assessment; Bariatric surgery; Health Psychology.

A obesidade é considerada uma doença crônica, caracterizada pelo acúmulo de tecido adiposo no corpo e acomete cerca de 40% da população mundial. No Brasil, cerca da metade da população pode ser considerada obesa (Organização Mundial da Saúde, 2014). O excesso de peso contribui para diversas doenças, dentre elas: doenças cardiovasculares, diabetes mellitus, hipertensão arterial, distúrbios musculoesqueléticos, especialmente osteoartrite, alguns tipos de câncer, apneia do sono e dificuldades de locomoção (Organização Mundial da Saúde, 2014).

Para adultos, o sobrepeso é definido quando o Índice de Massa Corpórea (IMC) é igual ou superior a 25. Considera-se obesidade moderada quando o IMC é superior a 30, obesidade grave quando o IMC ultrapassa 35, e a obesidade mórbida é diagnosticada quando o IMC é superior a 40 kg/m² (World Health Organization, 2016). Aspectos genéticos, econômicos e culturais contribuem para a obesidade. De maneira geral, o desequilíbrio entre calorias consumidas e gastas – decorrente da ingestão de alimentos com altos valores calóricos, ricos em gordura e/ou da falta de exercício físico – é o fator determinante da obesidade (World Health Organization, 2016).

Os tratamentos para redução do peso são variados e abrangem dietas, exercício físico, tratamentos farmacológicos, podendo incluir procedimentos de maior complexidade; dentre eles, a cirurgia bariátrica (CB). Muitos dos fracassos na utilização destes métodos ocorrem em decorrência de os pacientes não conseguirem desenvolver habilidades para reduzir e manter o peso em longo prazo. Além disso, frequentemente os pacientes relatam ter dificuldade para aderir à dieta (Conselho Federal de Medicina, 2015). Dietas alimentares e atividade física regular são formas tradicionais de controle de peso; entretanto, no caso da obesidade grave ou mórbida (IMC > 35), procedimentos como a CB podem ser utilizados como recurso (Conselho Federal De Medicina, 2015). Entre os anos de 2011 e 2018, o número de cirurgias bariátricas cresceu cerca de 85% no Brasil (Vieira, 2019). Dentre os benefícios dessa cirurgia, pode-se pontuar o controle do peso, a redução significativa das comorbidades, a melhoria da qualidade de vida e a redução dos sintomas de depressão e ansiedade após a perda de peso (Conselho Federal de Medicina, 2015).

Os procedimentos cirúrgicos para redução de peso pressupõem uma abordagem multidisciplinar, com a participação de cirurgiões com formação específica, anesthesiologistas, endocrinologistas, psicólogos e nutricionistas. Outros profissionais, como cardiologistas e educadores físicos, dentre outros, também podem atuar quando necessário (Conselho Federal de Medicina, 2015).

Embora a participação dos aspectos psicológicos seja importante no controle da obesidade, essa área de atuação ainda é recente e pouco conhecida pelo psicólogo, no que tange às possibilidades de intervenção e à avaliação psicológica (Machado & Morona, 2007). Os aspectos psicológicos avaliados incluem os recursos psíquicos do indivíduo para o enfrentamento das dificuldades decorrentes deste procedimento cirúrgico, a disponibilidade para a modificação do estilo de vida, bem como da imagem corporal, a redução alimentar necessária exigida em cada etapa do pós-operatório, além de prejuízos à saúde decorrentes da CB, possíveis

intolerâncias alimentares e déficits no estado clínico geral. Na avaliação desse fenômeno, podem ser utilizados métodos, tais como entrevistas e testes psicológicos, que permitam compreender padrões emocionais deste indivíduo, expectativas, disposição para a mudança e ausência de transtornos mentais importantes (Machado & Morona, 2007).

Neste processo, também convém avaliar a compreensão que o candidato possui sobre a CB, as alterações biológicas resultantes do procedimento e as competências do paciente para se adaptar às situações que lhes serão impostas pelo ato cirúrgico e o emagrecimento (Mader, 2016). Sprengel (2015) enfatiza que não há contraindicações absolutas para a realização da CB; mas, transtornos mentais maiores – por exemplo, esquizofrenia, depressão aguda, deficiência intelectual, abuso de álcool, drogas e bulimia nervosa – são importantes de serem identificados e tratados, podendo ser determinantes de desfechos negativos no período pós-cirúrgico. No caso da presença de deficiência intelectual, o paciente deve passar por uma avaliação multiprofissional rigorosa, além de contar com um familiar responsável que possa acompanhar o tratamento e supervisionar, de maneira efetiva, a alimentação e suplementação no período pós-operatório.

Nesse cenário, a intervenção psicológica não deve ser baseada em fórmulas prontas, cabendo ao psicólogo planejar o processo de avaliação e selecionar instrumentos psicológicos adequados, a partir dos objetivos estabelecidos, visando a examinar fatores de risco psicológicos para, posteriormente, o paciente se submeter à cirurgia e aos procedimentos decorrentes, bem como a capacidade de adaptação ao estilo de vida e à identidade (Machado & Morona, 2007). Por outro lado, existem poucas diretrizes norteadoras do processo de avaliação psicológica e reduzida formação acadêmica sobre o assunto (Conselho Regional de Psicologia da 8ª região, 2005; Flores, 2014).

Em termos de regulamentação, de maneira geral as resoluções da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2013), do Ministério da Saúde (2005, 2014) e do CFM (Conselho Federal de Medicina, 2005, 2015) trazem as definições dos tipos de obesidade e abordam as questões biológicas envolvidas, os procedimentos cirúrgicos realizados, enfatizando os critérios a serem analisados e a necessidade da participação de uma equipe profissional que deve incluir um(a) profissional da Psicologia. A resolução da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2015) inclusive orienta que os psicólogos podem realizar 12 sessões durante ou após a CB.

O “Caderno de Atenção Básica nº 38” (Ministério da Saúde, 2014) descreve estratégias para o cuidado da pessoa com obesidade. Foi desenvolvido com o objetivo de apoiar os profissionais atuantes nos serviços de saúde da Atenção Básica, incentivando um olhar ampliado, de modo a proporcionar o cuidado integral e humanizado da obesidade. Este material enfoca também a promoção da saúde do indivíduo com obesidade, a fim de incluir rotinas do serviço de Atenção Básica à abordagem alimentar e nutricional como prática efetiva e cotidiana.

Todavia, no que tange às resoluções que envolvem a Psicologia, a Resolução 006/2019 do CRP (Conselho Federal de Psicologia, 2019) versa sobre a elaboração de documentos psicológicos. Há também dois documentos elaborados pelo

CRP-PR (Conselho Regional de Psicologia da 8ª região, 2005; Mader, 2016), que descrevem os elementos a serem abordados durante o processo de avaliação, salientando a necessidade de um acompanhamento pré e pós-operatório, ou seja, há uma carência de resoluções que normatizem e orientem as práticas do psicólogo nesta área.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi examinar o processo de avaliação psicológica nesse contexto segundo a percepção dos pacientes e das psicólogas que atuam nesta área.

Metódo

O presente estudo pode ser descrito como uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória (Zanandrea et al., 2017). A pesquisa de campo descritiva e exploratória objetiva o entendimento sobre um assunto, visando à familiaridade com o tema a partir de dados empíricos, com vistas a torná-lo mais explícito e permitir a construção de hipóteses. A pesquisa de natureza qualitativa tem o objetivo compreender a percepção que as pessoas têm de uma experiência, uma ideia ou um evento, são características qualitativas, a demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica destas relações em termos intersubjetivos (Zanandrea et al., 2017).

Participaram desta pesquisa 11 pacientes que se candidaram à cirurgia bariátrica ou que já a realizaram, oriundas de uma clínica localizada em uma cidade da região do Vale do Itajaí. Quatro psicólogas que atuam nesta mesma região foram convidadas para participar da pesquisa. Trata-se de uma amostra de conveniência selecionada pela pesquisadora que atua como enfermeira nesta área, na referida instituição onde foi realizada a pesquisa. A pesquisa foi conduzida ao longo de 2017, seguindo todos os pressupostos éticos para pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 1.948.444).

Resultados

Participaram desta pesquisa 11 pacientes adultos de ambos os sexos, sendo seis homens e cinco mulheres, com idade média de 37 anos. Os resultados das categorias oriundas da análise de conteúdo que emergiu das entrevistas com as(os) pacientes e psicólogos serão apresentados abaixo, sendo estas divididas em aspectos referentes ao pré-operatório, pós-operatório e à atuação da(o) psicóloga(o).

Percepção das(os) Pacientes no pré-operatório

A seguir, descreveremos algumas categorias emergentes das entrevistas com candidatas(os) à CB. No tocante às razões para a realização dessa cirurgia, as(os) entrevistadas(os) mencionam que a presença de comorbidades oriundas da obesidade – tais como problemas de coluna, hipertensão etc., bem como limitações para a realização de diversas atividades (por exemplo: relação familiar, atividade remunerada, prática de esportes) – são os principais fatores motivacionais para

desejarem se submeter a esse procedimento cirúrgico. E1 descreve que tem “problemas de coluna e hipertensão”; E2 refere: “ainda não tenho nenhuma doença, mas é uma questão de tempo”; E5 menciona sofrer de “apneia, gordura no fígado e dificuldades para se exercitar”; já E6 relata: “não consigo cumprir suas tarefas de pai, como sentar no chão para brincar com meus filhos”.

No que tange ao atendimento multidisciplinar, E1 refere que passou por “um psicólogo, nutricionista, ortopedista, endocrinologistas e o cirurgião”. E2 comenta que foi acompanhado por “cirurgião, preparador físico, enfermeiros, psicólogo e endocrinologista”. E4 descreve “psicólogos, nutricionistas, fisioterapeuta, preparador físico e enfermeiros, endocrinologista e ortopedista”. Ou seja, podemos perceber que ocorre o acompanhamento de pacientes por diversos especialistas.

Inerente às principais dificuldades e expectativas sobre a cirurgia no pré-operatório da CB, os entrevistados elencaram, por exemplo: E1: “A maior dificuldade neste ponto é ansiedade de fazer logo, para terminar isso logo e pronto; as expectativas, a perda de peso”. E4 salienta não ver dificuldades: “Sei que a cirurgia não faz milagres. Sei que, para o sucesso da cirurgia, 90% depende de mim; e 10%, do cirurgião”.

No tocante ao número de sessões realizadas com as psicólogas antes da CB, todos os participantes tiveram duas consultas individuais com essas profissionais e uma consulta em grupo, com exceção de um paciente que realizou oito sessões. Toda(o)s a(o)s entrevistada(o)s foram submetida(o)s à aplicação de testes psicológicos e escalas; dentre estas, foram mencionadas a Escala de figuras de Stunkard, que avalia alterações da imagem corporal, Bing Eanting Scale (BES), Escala de Compulsão Alimentar, Escala Beck de depressão e ansiedade e as Pirâmides Coloridas de Pifster. E1 e E2 fizeram críticas aos testes psicológicos utilizados, pois os consideram “retrógrados e falhos”.

Foi unânime o reconhecimento da importância do papel do psicólogo neste processo. E1 relata: “Acho muito importante o psicólogo neste momento; pois, se a pessoa não estiver bem no emocional, ela joga tudo por água a baixo”; E5 expõe: “Eu acho bem importante. É uma ajuda muito grande, pois muda muita coisa na vida da gente”.

Percepção dos Pacientes após a Realização da CB

Com o intuito de compreender a atuação do psicólogo no âmbito da cirurgia bariátrica, foram também entrevistados cinco pacientes que já haviam realizado a CB. Os participantes E1, E3 e E5 não identificam pontos negativos referentes ao procedimento cirúrgico, enquanto E2 e E3 relatam dificuldades durante a adaptação alimentar, destacando a sensação de estarem entalados e que passaram por episódios de náuseas, o que acarretou medo e ansiedade no momento da alimentação. Toda(o)s a(o)s participantes elencaram diversos pontos positivos após a CB; a melhoria na qualidade de vida e a redução de comorbidades, o aumento de disposição para realizar atividades físicas, a satisfação na aquisição de novas roupas e o aumento do convívio familiar. Em relação às dificuldades encontradas no pós-operatório, E1, E3 e E5 referem que o uso do dreno atrapalha a mobilidade e

que o tempo de internação é bastante extenso. E2 e E4 apresentaram relutâncias na adaptação alimentar e em manter novos hábitos alimentares. As principais mudanças ocorridas após a realização da CB ocorreram nas esferas física, emocional e social. Os participantes relataram perceber uma redução de pensamentos depressivos e o aumento da autoestima; não demonstram arrependimento sobre o procedimento cirúrgico e mencionam que fariam tudo novamente para alcançar melhorias em sua saúde.

No tocante ao acompanhamento psicológico no pós-operatório, apenas duas dentre as cinco participantes realizaram acompanhamento com um psicólogo no pós-operatório. Quando houve, ocorreu apenas por uma sessão; todavia, o acompanhamento foi valorizado pelas participantes.

Percepções da(o)s Psicóloga(o)s

No que tange ao processo de avaliação psicológica, P1 e P4 destacam que realizam entrevista inicial para identificar as demandas e os instrumentos utilizados; verificam o perfil do paciente e as motivações à cirurgia; realizam um levantamento dos fenômenos psicológicos que podem ser indicativos para a cirurgia; fazem o encaminhamento para outro psicólogo quando necessário, pois não trabalham com terapia. Utilizam também vídeos que abordam o tema e os tipos de cirurgia. P2 e P3 comentam que os pacientes participam de um grupo multiprofissional que aborda as complicações psicológicas neste processo e as consequências, enfatizando a importância da preparação para o procedimento. Em seguida, o paciente é avaliado individualmente; e, eventualmente, estes temas são retomados de forma aprofundada a fim de esclarecer as dúvidas que podem ocorrer. O psicólogo ainda realiza as aplicações dos testes psicológicos e define o número de sessões a serem realizadas. Por fim, ocorre a devolutiva.

Para P1 e P4, os principais aspectos presentes na avaliação psicológica visam a averiguar fenômenos psicológicos como: presença de ansiedade e compulsão por álcool ou drogas, presença de transtornos mentais, como: esquizofrenia, transtorno de humor bipolar, depressão, bulimia, transtorno alimentar. Também investigam expectativas, controle emocional, capacidade de adaptação e controle, respeito a regras, e relação com os alimentos. P2 e P3 buscam compreender a história do indivíduo, verificam a saúde psíquica para enfrentamento da cirurgia e suas repercussões, avaliam a estabilidade emocional e a capacidade para suportar as transformações decorrentes da cirurgia, a capacidade de lidar com conflitos internos e familiares e o comportamento frente à imposição de novos hábitos alimentares e às regras.

Quanto aos principais instrumentos utilizados no processo de avaliação psicológica, P1 refere utilizar os testes Pirâmides Colorida de Pifster, Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), Neo P-R, Técnica de Walter Trinca e Escalas Beck de depressão e ansiedade. P2 e P3 utilizam como instrumento um protocolo de avaliação com questões desenvolvidas por eles, Binge Eating Scale (BES) escala de compulsão alimentar e Escala de figuras de Stunkard, que avaliam alterações da imagem corporal. P4 refere utilizar um roteiro de entrevista, abordando mudan-

ça de esquema corporal, bulimia e anorexia e testes que avaliam a personalidade do paciente.

Interpelados sobre as principais intervenções psicológicas realizadas neste contexto, P1 aponta que a intervenção é realizada mediante subsídios oriundos do processo de avaliação. P2 e P3 referem que suas intervenções abordam a compreensão dos candidatos quanto à preparação para estes lidarem com a mudança da imagem corporal, a qual, inicialmente, ocorre com a perda de peso e, conseqüentemente, com o excesso de pele. Esses profissionais citam que podem auxiliar também no desenvolvimento de novos hábitos alimentares dos pacientes. Para P4, as intervenções estão voltadas para as modificações psicológicas decorrentes da CB, enfatizando a importância de fazer um acompanhamento psicológico no pós-operatório.

Os principais impedimentos para a realização da CB, segundo os psicólogos, são: apresentar compulsão, ansiedade ou depressão severa, presença de comprometimento intelectual, expectativas irreais sobre a CB, indicadores emocionais de resistência frente às mudanças, abuso de álcool e drogas, ou possuírem diagnóstico de psicose e/ou esquizofrenia. Quando questionados sobre a existência de um protocolo que norteia o processo de avaliação psicológica na CB, de forma unânime, os profissionais referiram desconhecer protocolos específicos para essa área. P1 comenta que desenvolveu seu próprio protocolo, a partir de aprendizados adquiridos em cursos especializados dos quais participou e em artigos científicos e literatura científica. P2 e P3 seguem o formato determinado pela instituição onde atuam, relatando que este foi desenvolvido por uma psicóloga que fez especialização nesta área. No que tange aos aspectos abordados durante a avaliação, os pacientes referiram ter realizado testes, entrevistas e procedimentos psicoeducativos, o que, de certa forma, está em conformidade com os procedimentos psicológicos esperados num processo de avaliação psicológica. Todavia, alguns entrevistados manifestaram críticas no que se refere à má tradução de alguns testes psicológicos. Nesse sentido, os profissionais devem selecionar testes psicológicos validados pelo Satepsi, bem como eleger o mais adequado para cada situação a ser avaliada.

Indagados sobre os principais desafios do psicólogo no atendimento de pacientes candidatos à CB, P1 refere que os principais desafios estão relacionados aos familiares, pois estes também precisam estar preparados para apoiar o paciente, colaborando com a reeducação alimentar e a mudança de vida. Para P2 e P3, é necessário desconstruir a resistência que muitos têm da Psicologia e os pensamentos que as pessoas possuem acerca da função do psicólogo; afinal, muitas vezes, ele é percebido como um profissional que estimularia as pessoas a desistirem da cirurgia. Diferentemente do que se pensa, neste contexto, o psicólogo colabora trazendo informações sobre a CB, para que o candidato possa estar preparado para todas as conseqüências da cirurgia. O tempo reduzido para avaliação (duas sessões) também foi mencionado. E outro impasse foi o fato de esses profissionais precisarem seguir o protocolo desenvolvido pela instituição.

Discussão

Os pacientes submetidos à CB e os candidatos percebem que a obesidade interfere em diversas dimensões da vida e que a cirurgia contribuiu para a reduzir a incapacidade física, os sintomas de ansiedade e a depressão, e melhorou a qualidade de vida.

Moreno (2012) destaca que, após a CB, os pacientes afirmaram ter mais disposição física, sobretudo para realizar as atividades profissionais; apresentaram aumento da autoconfiança e autoestima; tiveram uma maior reinserção na sociedade; melhoraram a capacidade de comunicação e as relações interpessoais, o que resultou em aumento da qualidade de vida. Estes resultados são amplamente descritos na literatura que enaltece a CB como um recurso para tratar as comorbidades associadas à obesidade mórbida (Mader, 2016; Moreno, 2012; Porcu, Franzin, Abreu, Previdelli, & Astolfi, 2011).

Por outro lado, a abordagem multidisciplinar preconizada no tratamento da obesidade através da CB (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2013) não foi observada nos conteúdos que emergiram das entrevistas, nem entre os pacientes, tampouco entre os psicólogos. Isso, de certa forma, reforça a necessidade de repensar a atuação interdisciplinar da Psicologia nesta área de atuação. Alguns resultados descritos na literatura reforçam esses achados (Bahia & Vianna, 2013; Souza, Barreto, dos Santos, Liberali, & Navarro et al., 2012).

A função do psicólogo, neste contexto, é direcionada a investigar os mais diversos aspectos da vida dos pacientes, educá-los frente às diversas mudanças que ocorrerão e orientá-los sobre as implicações que podem ocorrer após o ato cirúrgico. Avaliar os fatores de risco, a capacidade de adaptação a essa nova realidade e as expectativas sobre o procedimento e imagem corporal parecem ser os principais aspectos a considerar (Flores, 2014; Moreno, 2012). Além disso, devem ser avaliados os aspectos associados a esse novo ritmo decorrente da CB, visto que pode acarretar estresse, ansiedade e medo, além de demandar uma adaptação à nova imagem corporal, o que justifica a atuação do psicólogo no processo pós-cirúrgico (Moliner & Rabuske, 2008; Sprengel 2015).

Esses aspectos avaliados parecem estar em conformidade com a literatura (Figuera & Viero, 2005; Sprengel, 2015).

Nesse sentido, parece haver certa homogeneidade no tocante aos objetivos da avaliação. Isso provavelmente se deve ao fato de os psicólogos terem experiência e capacitação para a atuarem nessa área, ou por seguirem normativas institucionais no processo de avaliação. Por outro lado, embora alguns profissionais descrevam a necessidade de um protocolo de avaliação, todos parecem avaliar aspectos semelhantes.

Considerando os aspectos mencionados pelos psicólogos, constatou-se que suas intervenções estão embasadas no que prioriza o Conselho Regional de Psicologia (CRP, 2015), que descreve a necessidade de se intervir junto aos pacientes bariátricos a fim de compreender a capacidade de manutenção e o controle que esses indivíduos possuem em situações de estresse. O documento do Conselho Regional de Psicologia da 8ª região (CRP 8, 2005) descreve orientações aos pro-

fissionais para a avaliação psicológica no contexto da CB. Os principais aspectos a serem considerados são: o entendimento que o paciente tem sobre a obesidade, a percepção sobre a intervenção cirúrgica, o conhecimento sobre os critérios de indicação para a cirurgia e a existência da equipe multidisciplinar. Logo, este documento preconiza a importância de o psicólogo averiguar o histórico clínico do paciente, a evolução da obesidade, a presença de compulsões alimentares, ansiedade e fantasia frente ao emagrecimento, observar as respostas perante a situação de estresse, investigar os aspectos de risco para o procedimento cirúrgico, como a presença de transtorno bipolar, esquizofrenia, depressão, deficiência intelectual e dependência química. Além disso, os psicólogos precisam avaliar as considerações sobre a percepção social, relação entre o comer e fatores emocionais, manutenção do tratamento, monitoramento no período pós-operatório, verificar a disposição para mudanças de hábitos e disposição para o acompanhamento psicológico pré e/ou pós-operatório.

Pode-se relacionar, também, as intervenções que promovam auxílio na implementação de mudança dos hábitos de vida: ajustes nos padrões alimentares justificam a necessidade de acompanhamento psicológico no pós-operatório. Bahia e Vianna (2013) evidenciam a importância da intervenção multidisciplinar no tratamento cirúrgico da obesidade no pré-operatório, a fim de identificar problemáticas que possam interferir no desfecho da cirurgia. Para esses autores, as avaliações não são claras no que se refere ao tempo de preparação do indivíduo para a realização do procedimento. Souza et al. (2012) propõem que o paciente deve ser acompanhado pela equipe multidisciplinar por pelo menos um ano, destacando a importância do acompanhamento nutricional a fim de monitorar a evolução do paciente, orientando sobre as dietas e os novos hábitos alimentares, proporcionando, assim, subsídios para o sucesso da CB. Sintomas de estresse, ansiedade, depressão e o hábito de se alimentar quando existem problemas emocionais são comuns em pacientes com sobrepeso ou obesidade, sugerindo uma relação entre o estresse e a desordem de compulsão alimentar e obesidade (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica [ABESO], 2016). O reduzido número de sessões referidas pelos participantes e pelas psicólogas (duas) parece ser insuficiente para realizar esse procedimento de forma efetiva, estando também em desacordo com o número de sessões descritas na resolução da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2013).

No tocante aos aspectos metodológicos, os testes psicológicos são ferramentas importantíssimas para a avaliação psicológica, uma vez que proporcionam ao psicólogo ter informações a respeito da presença de sintomas psicológicos e dos traços de personalidade; e, se forem associados a outras técnicas, como a entrevista, permitem uma compreensão dos fenômenos de forma mais abrangente no processo de avaliação para CB. A avaliação desses aspectos e as técnicas utilizadas estão em consonância com alguns achados descritos na literatura (Flores, 2014; França, 2014). França (2014) descreve que a entrevista com o paciente e sua família, e o uso dos testes psicológicos (Inventário de depressão de Beck, Escala de Ideação Suicida de Beck, HTP Teste de Personalidade HTP) são os recursos mais frequentemente utilizados. Segundo os autores mencionados, intervenções psi-

coeducativas, descrevendo as técnicas cirúrgicas, as mudanças de comportamento esperadas no pós-operatório e a importância do apoio familiar também são procedimentos utilizados com frequência menor (França, 2014; Flores, 2014). Além disso, preconizam que há necessidade de entrevista devolutiva ao final do processo de avaliação. Flores (2014) descreve os aspectos abordados nas avaliações psicológicas de pacientes bariátricos (investigação de aspectos emocionais e cognitivos que possam influenciar no resultado da cirurgia), destacando o uso do Inventário de Depressão de Beck e de Inventários de Personalidade. Convém esclarecer que se considera falta de ética usar testes psicológicos desfavoráveis, segundo os critérios estabelecidos na Resolução nº CFP 002/2003.

Pode-se observar que há certo consenso entre os profissionais sobre os fatores a serem investigados durante a avaliação pré-operatória e acerca do uso de alguns testes psicológicos consagrados como o BDI. No entanto, alguns estudos salientam a importância de protocolos norteadores da conduta dos psicólogos que trabalham com o paciente bariátrico e da sua preparação profissional para atuar nesta área.

Porcu et al. (2011) descrevem, em seu estudo, a prevalência de transtornos depressivos e de ansiedade em pacientes submetidos à CB; identificam que, no pré-operatório, a ansiedade e a depressão podem atingir patamares elevados, havendo uma redução destes sintomas após a cirurgia, mas ocorrendo, com frequência, uma recidiva desses sintomas após seis meses da cirurgia. Nesse sentido, Sprengel (2015) reflete sobre a necessidade de formar profissionais que desejam atuar no tratamento da obesidade e na CB, bem como sobre a importância da educação de pacientes e familiares tanto no período pré quanto pós-operatório.

Considerações Finais

Atualmente, a obesidade é considerada uma epidemia e problema de saúde coletiva. A cirurgia bariátrica é um método de emagrecimento eficaz no controle de peso, que demanda uma intervenção multidimensional para ter uma boa resolubilidade. Esta abordagem é recomendada pelas resoluções e pela literatura científica em casos de obesidade de difícil controle e com resposta reduzida a intervenções prévias (ANS, 2013; Bahia & Vianna, 2013; Mader, 2016; Ministério da Saúde, 2005; Souza et al., 2012;).

Todos os participantes submetidos a CB foram acompanhados por equipes multidisciplinares compostas por diversos especialistas, dentre eles o psicólogo. Isso indica que na região pesquisada, as intervenções realizadas estão em conformidade com as resoluções e evidências científicas. Todavia, não parece ter ocorrido uma intervenção interdisciplinar.

De maneira geral, o processo de avaliação psicológica na CB visa a identificar a presença de ansiedade e compulsão por álcool ou drogas, a existência de transtornos mentais como: esquizofrenia, transtorno de humor bipolar, depressão, bulimia e transtorno alimentar. Investigam expectativas, controle emocional, capacidade de adaptação e controle, respeito a regras e a relação da pessoa com os alimentos. Avaliam-se, também, as expectativas do paciente e sua capacidade

para suportar as transformações oriundas da cirurgia, decorrentes da imposição de novos hábitos alimentares e regras.

Como não existem evidências na literatura que apontem a contribuição de fatores de traços de personalidade para a obesidade, não se justifica o uso desses testes. Talvez, como descreve a literatura, o foco da avaliação deveria estar mais centrado na identificação dos fatores de risco e/ou de expectativas pouco realistas, e na capacidade de adaptação a novos regimes alimentares.

É notória a manifestação dos psicólogos no que tange à falta de protocolos norteadores, visto que isso dificulta a identificação das áreas que merecem maior atenção, além de ocasionar instabilidade na avaliação e pouco consenso acerca dos critérios a serem observados. Contudo, faz-se necessária a utilização de outros métodos avaliativos, como a entrevista individual, para, dessa forma, abrir um leque de opções, e o psicólogo não ficar ancorado em testes psicológicos.

Os participantes consideram a participação do psicólogo importante por diversos motivos, dentre eles: auxiliar nos questionamentos sobre o procedimento cirúrgico, na adaptação alimentar, no pós-operatório, nas questões relacionadas à solidão, a problemas pessoais e financeiros, melhoria da autoestima, manutenção da perda de peso, mudanças do corpo e suas consequências. Muitas destas dificuldades mencionadas se acentuam no pós-operatório e se somam à restrição alimentar, adequação da imagem corporal e identidade, e necessidade de desenvolver novos comportamentos. Diante disso, infere-se que a atuação do psicólogo na CB não deveria se restringir à avaliação psicológica pré-operatória, o que está em conformidade com a proposta da normativa da ANS (2013) que estabelece a realização de até 12 sessões. Diante da presença desses fatores, fica clara a necessidade da participação do psicólogo no período pós-cirúrgico, o que, infelizmente, em geral não ocorre.

Os resultados desta pesquisa confirmam a importância do papel do psicólogo na avaliação do paciente para a cirurgia bariátrica, salientando a importância da realização de intervenções psicológicas no pré e pós-operatório. Ficou evidente, também, a importância de proporcionar uma formação ao psicólogo que seja adequada à essa atividade, a necessidade de ampliar a atuação do psicólogo nessa área, bem como uma maior participação do sistema Conselhos de Psicologia nessa área de atuação, por meio da ampliação das resoluções e de uma maior interlocução com a Agência Nacional de Saúde Suplementar e os planos de saúde.

Referências

- Agência Nacional de Saúde Suplementar (2013). *Ampliação da cobertura de procedimentos pelos planos de saúde: Melhorar sua vida nosso compromisso*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de <http://www.ans.gov.br/a-ans/sala-de-noticias-ans/consumidor/2331--a-partir-de-2012014-comecam-a-valer-as-novas-coberturas-dos-planos-de-saude>
- Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO) (2016). *Diretrizes brasileiras da obesidade (4ª Ed)*. São Paulo: ABESO. Recuperado de <https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf>
- Bahia, L., & Vianna, D. (2013). *Cirurgia Bariátrica: Pareceres Técnicos e científicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos de Saúde Complementar. Recuperado de https://pt.scribd.com/doc/220309638/phpiuO8fP#fullscreen&from;_embed
- Conselho Federal de Medicina (2015). *Resolução CFM Nº 2.131/2015*. Recuperado de http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2131_2015.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Resolução Nº 6, de 29 de março de 2019*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Regional de Psicologia da 8ª região (2005). *Avaliação psicológica no contexto da cirurgia bariátrica orientações aos profissionais*. Paraná: CRP-8. Recuperado de <http://www.portal.crppr.org.br/download/256.pdf>
- Figuera, J., & Viero, E. V. (2005). Vivências do paciente com relação ao procedimento cirúrgico: fantasias e sentimentos mais presentes. *Revista da SBPH*, 8(2), 51-63. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v8n2/v8n2a05.pdf>
- Flores, C. A. (2014). Avaliação psicológica para a cirurgia bariátrica: práticas atuais. *ABCD, Arq. bras. cir. Dig.*, 27(1), 59-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-6720201400S100015>
- França, T. B. H. (2014). *Função do psicólogo na equipe de cirurgia bariátrica* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de <http://www.posgraduacao.iesc.ufrj.br/media/tese/1425249737.pdf>
- Machado, A. P., & Morona, V. C. (2007). Manual de Avaliação Psicológica: Coletânea Conexão Psi-Série Técnica. *Coletânea Conexão psi*, 9(21), 1-116.
- Mader, B. J. (2016). *Caderno de Avaliação Psicológica Dimensões, campos de atuação e pesquisa: é tempo de diálogo*. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia Recuperado de http://portal.crppr.org.br/uploads/ckfinder/files/AF_CRP_Caderno_AvaliacaoPsicologica.pdf

- Ministério da Saúde (2005). Caderno de básica a saúde: Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica Obesidade. (2014). 1(38), 1-214 Recuperado de http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_38.pdf
- Ministério da Saúde (2014). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade.
- Moliner, J., & Moroni R., M. (2008). Fatores biopsicossociais envolvidos na decisão de realização da cirurgia bariátrica. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10 (2), 44-60.
- Moreno, C. A. S., Silva, A. M., Cecato, J. F., Bartholomeu, D., & Montiel, J. M. (2015). Caracterização das mudanças psicológicas ocasionadas em indivíduos submetidos à cirurgia bariátrica. *Encontro: Revista de Psicologia*, 14(20), 99-116. Recuperado de <https://revista.pgsskroton.com/index.php/renc/article/view/2508>
- Organização Mundial da Saúde (2014). *DIRECTOR, 53 Conselho. Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes*. 66ª Sessão do Comitê Regional da OMS. Washington, D.c., Usa, Organização Mundial de Saúde, 1-37. Recuperado de <http://www.paho.org/bra/images/stories/UTFGCV/planofactionchildobesity-por.pdf?ua=1>
- Porcu, M., Franzin R., Abreu P. B., Previdelli I. T. S., & Astolfi M. (2001). Prevalência de transtornos depressivos e de ansiedade em pacientes obesos submetidos à cirurgia bariátrica. *Acta Scientiarum Health Sciences*, 3, 165-171. <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v33i2.7653>.
- Souza, M. G., Barreto, M. A. M. N., dos Santos, S. M., Liberali, R., & Navarro, F. (2012). A importância da intervenção multidisciplinar no tratamento da obesidade mórbida considerando o acompanhamento nutricional pré e pós-cirúrgico. *RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 2(12), 1-9.
- Sprengel, A. L. (2015). *Cirurgia Bariátrica: Manual de Instruções para pacientes e familiares* (1ª ed.). São Paulo: M. Books.
- Vieira, R. A. L. (2019). *Associação da composição corporal com consumo alimentar e estilo de vida no pré-operatório de cirurgia bariátrica*. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36879/1/TESE%20Renata%20Adrielle%20Lima%20Vieira.pdf>
- World Health Organization (2016). *Obesity and overweight. FactSheet n.º. 311* Recuperado de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/es/>
- Zanandrea, G., Craco, T., Olea, P. M., & Biegelmeyer, U. H. (2017). Análise metodológica das dissertações defendidas no programa de pós-graduação em administração da UCS. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 10(2), 155-170. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n2p155>

Dilemas éticos e a atuação do psicólogo: revisão integrativa da literatura nacional

Andréia Isabel Giacomozzi
Andréa Barbará da Silva Bousfield
Adriano Schlösser
Taimara Foresti
Bárbara Jacques
Bruna Letícia da Silva

Resumo

O objetivo do presente estudo foi identificar a contribuição dos artigos publicados em âmbito nacional acerca dos aspectos éticos relacionados à atuação profissional do psicólogo. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nacional por meio das seguintes bases eletrônicas: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), PsycINFO – banco de dados de resumos da literatura no campo da Psicologia da American Psychological Association (APA), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (Medline), a partir dos descritores: ética, atuação do psicólogo e Psicologia. A busca foi delimitada até dezembro de 2020. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 19 artigos. Os resultados apresentaram que os desafios enfrentados pelos psicólogos podem variar de acordo com a área de atuação e a abordagem psicológica utilizada como base. Portanto, enfatiza-se a necessidade de uma formação que capacite científica e tecnicamente o psicólogo, mas que, além disso, possibilite que esse profissional faça uma reflexão ética sobre as demandas do contexto a fim de garantir uma prática pautada nos direitos humanos dos usuários.

Palavras-chave: Atuação do psicólogo; Ética; Psicologia.

Abstract

Ethical dilemmas and the role of the psychologist: an integrative review of national literature

The main purpose of this study was to identify the contribution of articles published nationwide around the ethical aspects related to the professional performance of the psychologist. An integrative review of the national literature was conducted using the following electronic databases: Scientific Electronic Library Online (SciELO), PsycINFO – summaries of literature in the field of Psychology of the American Psychological Association (APA), the Latin American & Caribbean Health Sciences Literatures (LILACS), the portal of Psychology Electronic Journals (PePSIC), and the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline), based on the descriptors: ethics, psychologist performance, and psychology. The research was delimited until December 2020. In line with the inclusion and exclusion criteria, 19 articles were selected. The results showed that the challenges faced by psychologists can vary according to the area of expertise and the psychological approach used by them as a basis. Therefore, the need for training that empowers the psychologist scientifically and technically is emphasized, and more so, that permits this professional to make an ethical reflection on the demands of the context involved, to guarantee a practice based on the human rights of the individuals.

Keywords: Performance of the psychologist; Ethics; Psychology.

Ética, do grego *ethos* (caráter, costume, modo de ser), é considerada uma manifestação comportamental não natural, mas aprendida socialmente. A ética estuda um tipo específico de comportamento humano, o comportamento moral. Possui também preocupações práticas, uma vez que se orienta pelo desejo de unir o saber ao fazer. Como filosofia prática, a ética busca aplicar o conhecimento sobre o ser para construir aquilo que deve ser (Cotrim, 2004). Dessa forma, uma conduta ética permite emitir parecer sobre a matéria, mas não necessariamente julgá-la; explicitar as contradições, mas sem resolvê-las, e sim, conhecê-las. A conduta ética não pressupõe, portanto, o conhecimento em si, mas a reflexão para chegar ao conhecimento (Maciel, Frizzo, & Castro, 2010). A partir disso, entende-se como absolutamente premente a discussão sobre ética, seja no campo das relações interpessoais, seja no campo das atividades profissionais, principalmente naquelas em que a atuação profissional está diretamente atrelada a essas interações, como no caso da Psicologia.

A Psicologia tem sido cada vez mais convidada a responder demandas de uma sociedade complexa, com problemas multideterminados e de difícil solução (Maciel et al., 2010). Em função de tais complexidades, o profissional psicólogo precisa ser capaz de se posicionar frente às demandas de forma crítica e reflexiva, de maneira a evitar práticas opressivas, adestradoras e de normalização (Amendola, 2014). Atualmente, frente à pandemia de COVID-19, temos um contexto ainda mais específico que são os atendimentos *online* ou remotos.

Para isso, a prática do psicólogo é uma forma ética e política de intervenção, e sua conduta permite que ele seja um sujeito reflexivo, pautando suas escolhas em dimensões tanto coletivas, quanto individuais. A partir disso, suas práticas devem ser alicerçadas na responsabilidade, cuidado e respeito ao sujeito e precisam se sujeitar ao julgamento ético para garantir o equilíbrio na relação entre profissional, cliente/usuário e sociedade (Amendola, 2014). Nesse sentido, os Conselhos de Psicologia e o Código de Ética do Psicólogo atuam na tentativa de manutenção desse equilíbrio; para além de um código de conduta, apresentam a necessidade de uma esfera política envolvida na atuação profissional e demonstram a responsabilidade que o psicólogo tem com o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos e com a promoção da saúde (Luccas, 2000).

São diversos os estudos que discutem a ética relacionada à prática da Psicologia em nível internacional, sobre a questão do sigilo profissional, dos atendimentos on-line, das formas de fazer propaganda, das discussões sobre aspectos religiosos relacionados aos usuários e também aos psicólogos ou, ainda, sobre decisões acerca da sobrevivência de pacientes, entre outras temáticas (Campbell, 2016; Cederberg, 2017; Davis, 2014; Fitzgerald, Hunter, Hadjistavropoulos, & Koocher, 2010; Julian, 1999; Lacroix, Dobson, & von Ranson, 2017; O'Neill, 1989; Trickett, 1998; Vidal, 1998);

No cenário científico brasileiro, somente após os anos 2000 é que essa temática entrou em discussão (Ayres, Carvalho, & Barreira, 2015; Borsa, 2016; Koelzer, Backes, & Zanella, 2014; Rafalski & Andrade, 2015). Contudo, considerando que a produção científica nessa temática ainda é escassa na medida em que, a cada ano, mais psicólogos são formados e adentram no mercado de traba-

lho em uma realidade de enorme desigualdade social, com inúmeras demandas psicossociais, justifica-se a necessidade de desenvolver pesquisas nesse campo. Em razão disso, este artigo objetiva “explorar e conhecer os principais dilemas éticos enfrentados e discutidos pelos psicólogos no Brasil”.

Método

O método utilizado nesta pesquisa foi a revisão integrativa da literatura nacional, de caráter exploratório. A revisão integrativa fornece uma compreensão mais abrangente de um determinado fenômeno. Para a realização da estratégia de busca dos estudos, foram realizadas pesquisas nas seguintes bases de dados: Scielo, PsycINFO, LILACS, PePSIC e MedLINE. Essa escolha pauta-se na justificativa de que são consideradas bases importantes de dados de publicações científicas em Psicologia. Os descritores utilizados foram: “ética” *and* “atuação do psicólogo” *and* “psicologia”.

A seleção dos estudos aconteceu em dois momentos: 1) leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados; 2) leitura na íntegra dos estudos selecionados após o primeiro momento. Como critério de inclusão, foram utilizadas as seguintes informações: a) o tema principal ser “ética na atuação do psicólogo no contexto brasileiro”; b) publicações até dezembro de 2020. Já os critérios de exclusão foram: a) estudos que abordassem “ética e atuação do psicólogo fora do Brasil”; b) dissertações, teses, resumos de congressos, capítulos de livros e artigos sem acesso na íntegra; e c) publicações que abordassem a atuação do psicólogo sem relação com a ética profissional. Por fim, a análise dos estudos selecionados foi realizada mediante quatro fases propostas por Marconi e Lakatos (2003): 1) apreciação crítica do material; 2) decomposição dos elementos essenciais; 3) agrupamento e classificação; e 4) análise final.

Resultados e Discussão

A pesquisa dos descritores nas bases de dados gerou uma amostra geral de 106 estudos, cuja temática girava em torno dos dilemas éticos enfrentados e discutidos pelos psicólogos no Brasil, distribuídos nas respectivas bases de dados: 83,9% ($n=89$) na base LILACS; 14,1% ($n=15$) na base SciELO; 1,8% ($n=2$) na base PePSIC e, nas demais bases PsycINFO e MedLINE não foram encontrados estudos (0%). Após a leitura de títulos, resumos, corpo do texto na íntegra, bem como a exclusão dos estudos em duplicidade e a inclusão de artigos das referências, a amostra final foi composta por 17,9% ($n=19$) dos estudos encontrados. Na Tabela 1, é apresentada uma descrição geral dos 19 estudos selecionados, destacando-se: autores/ano de publicação, objetivos, delineamento, periódico de publicação e áreas de atuação. Cabe esclarecer que os estudos selecionados receberão a designação de: E1=estudo 1; E2=estudo 2 e assim por diante, a fim de facilitar a leitura.

Tabela 1
Síntese da estrutura dos estudos analisados

Autores/Ano	Objetivo	Delineamento	Periódico de publicação	Áreas de atuação
(E1) Castro, 2001	Refletir sobre os cuidados paliativos	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Psicologia da Saúde
(E2) Medeiros, 2002	Pensar a ética na saúde e postura profissional	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Psicologia da Saúde
(E3) Freire, 2003	Refletir sobre a visão da ética da prática psicológica	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Ética em Psicologia (geral)
(E4) Prado Filho & Trisotto, 2006	Refletir sobre as relações entre Psicologia e ética	Teórico	Psicologia Argumento (B2)	Psicologia da Saúde
(E5) Rubio, 2007	Discutir questões éticas envolvidas na atuação do psicólogo do esporte	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Psicologia do Esporte
(E6) Bastos, 2007	Refletir sobre o sentido da ação profissional do psicólogo no contexto organizacional	Teórico	Psicólogo informação (B4)	Psicologia Organizacional
(E7) Calvetti, Figuera, & Muller, 2008	Discorrer acerca dos princípios éticos da prática da psicoterapia	Teórico	Revista de Psicologia da Vetor Editora (B2)	Psicologia da Saúde
(E8) Brito, 2012	Apresentar considerações sobre a Psicologia Jurídica	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Ética em Psicologia Jurídica
(E9) Carvalho, 2013	Narrar experiências da Psicologia na Defensoria Pública de São Paulo	Qualitativo, do tipo estudo de caso	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Ética em Psicologia Jurídica
(E10) Oliveira-Monteiro, Herzberg, 2013	Refletir sobre a supervisão ética em Psicologia	Teórico	Boletim de Psicologia (B2)	Ética em Psicologia (geral)
(E11) Amendola, 2014	Compreender a relação entre a formação profissional, demandas contemporâneas, práticas psicológicas e a ética	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Ética em Psicologia (geral)
(E12) Gesser & Nuenberng, 2014	Apontar pressupostos teórico-metodológicos voltados à atuação profissional ética e política em Psicologia	Teórico	Psicologia, Ciência e Profissão (A2)	Psicologia da Saúde
(E13) Koelzer, Backers, & Zanella, 2014	Contribuir com o debate sobre a atuação do(a) s psicólogo(a)s na Política Nacional de Assistência Social	Qualitativo, do tipo estudo de caso	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia (B1)	Psicologia Social

(Continua)

(Continuação)

Autores/Ano	Objetivo	Delineamento	Periódico de publicação	Áreas de atuação
(E14) Ayres, Carvalho & Barreira, 2015	Analisar os discursos escritos, e encaminhados à Comissão de Orientação e Ética no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro	Qualitativo, do tipo documental	Estudos e Pesquisas em Psicologia (A2)	Ética em Psicologia (geral)
(E15) Rafalski & Andrade, 2015	Conhecer práticas e competências dos profissionais que atuam na Concessão de Porte de Arma de Fogo	Qualitativo	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Avaliação Psicológica
(E16) Rodrigues, 2015	Refletir questões éticas imbricadas na utilização de testes psicológicos	Teórico	Revista de Psicologia (B3)	Avaliação Psicológica
(E17) Borsa, 2016	Discutir a prática e a formação em Avaliação Psicológica	Teórico	Temas em Psicologia (A2)	Avaliação Psicológica
(E18) Muniz, 2018	Trazer reflexões adicionais na Avaliação Psicológica	Teórico	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Avaliação Psicológica
(E19) Cadan & Albanese, 2018	Discutir a configuração da Psicologia Jurídica	Qualitativo	Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	Ética em Psicologia Jurídica

Após considerar a relevância de discutir ética e atuação do psicólogo, bem como compilar as publicações encontradas neste estudo, pode-se afirmar que ainda são bastante incipientes os estudos acerca desse tema no Brasil; afinal, somente 19 artigos foram produzidos sobre a temática ao longo dos últimos anos; destes, 14 foram teóricos; três, empíricos de natureza qualitativa; e dois, relatos de experiência. Nesse sentido, não foram encontrados estudos de abordagem quantitativa e revisões sistemáticas, o que confirma a afirmação supracitada.

Neste estudo, em relação ao critério cronológico – ano de publicação – verifica-se que os estudos sobre ética na Psicologia, em artigos disponíveis on-line, tiveram início em 2001 (E1). Pode-se perceber que, em relação a esse critério, o número de publicações anual não segue um padrão linear, atingindo o número máximo de publicações em 2014, com três estudos (E11; E12; E13).

Em relação às revistas com o maior número de publicações sobre a temática no Brasil, pode-se citar “Psicologia: Ciência e Profissão” (E1; E2; E3; E5; E8; E9; E11; E12; E15; E18; E19). Ressalta-se que essa revista apresenta, em seu escopo, uma preocupação com publicações voltadas à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino e à reflexão crítica da produção do conhecimento psicológico, o que justifica o considerável número de artigos sobre “ética na psicologia” nela publicados. Nas demais revistas descritas na Tabela 1, havia uma publicação cada sobre o tema (E4; E7; E10; E13; E14; E17). Todos esses estudos tiveram suas publicações indexadas em um total de sete revistas diferentes, todas com edição no Brasil e escritas em português brasileiro.

No tocante à classificação do *Qualis* Periódicos, embora sejam poucos artigos produzidos sobre o tema, estes constavam em periódicos de prestígio, sendo

publicados 13 artigos em periódicos A2 e seis em periódicos B – subdivididos em uma publicação B1, três em B2, uma em B3 e uma em B4. Acerca da natureza dos estudos, 14 são teóricos (E1; E2; E3; E4; E5; E6; E7; E8; E10; E11; E12; E16; E17; E18), três empíricos com abordagem qualitativa (E14; E15; E19), e dois em formato de relato de experiência (E9; E13). Nesse sentido, considerando a relevância do número de psicólogos formados hoje no país, segundo o Infográfico do Conselho Federal de Psicologia, que gira em torno de 389.585 profissionais (CFP, 2021), é imprescindível que sejam feitos estudos com abordagens a campo, ou seja, com delineamentos quantitativos que abarquem as práticas dessa classe profissional e considerem a diversidade de campos de atuação desse profissional.

No que tange o método dos estudos empíricos (E14; E15; E19), a publicação E15 faz uso de entrevistas em profundidade, enquanto o estudo E19 utiliza entrevistas semiestruturadas. Em todos os estudos empíricos, o foco foi direcionado à atuação e formação do profissional psicólogo. Há também, nesse estudo, dois artigos de relatos de experiência: um disserta sobre o estágio de Psicologia no CRAS (E13) e o outro articula Psicologia e Direito, relatando a experiência da atuação do psicólogo na defensoria pública (E9).

Em relação aos estudos de delineamento teórico, todos eles versam sobre a ética articulando-a à atuação do psicólogo brasileiro com o Código de Ética em Psicologia, destacando os principais dilemas éticos encontrados nas diversas áreas de atuação, dentre os quais se encontram o sigilo, a ética e suas diferentes abordagens utilizadas pelos profissionais, e a necessidade de o profissional fazer reflexões críticas acerca das demandas sociais.

No que tange à área relacionada aos estudos, observou-se que a Psicologia da Saúde foi o campo de atuação mais abordado, com cinco artigos (E1; E2; E4; E7; E12), seguido da Psicologia Geral, englobando a formação dos psicólogos, com quatro estudos (E3; E10; E11; E14), a área da Avaliação Psicológica com também quatro estudos (E15; E16; E17; E18), a Psicologia Jurídica com três estudos (E8; E9; E19), e a Psicologia Social (E13), a Psicologia do Esporte (E5) e Organizacional (E6) com uma publicação cada.

Em relação aos principais resultados e achados no campo da saúde, os estudos destacaram alguns aspectos relevantes, por exemplo, a necessidade de o profissional de Psicologia estar em constante reflexão quanto ao sigilo diante da família e da equipe multidisciplinar. Para os autores, uma postura ética está além das convicções e dos valores pessoais e visa ao bem-estar da pessoa atendida (E7). Nesse sentido, a quebra de sigilo é um dos grandes dilemas éticos do psicólogo no campo da saúde (E7; E2). Ainda, o ser ético é aquele que reflete e questiona antes de agir, adotando uma postura ativa diante das circunstâncias. Por isso, o Código de Ética Profissional do Psicólogo proporciona tais reflexões na medida em que não apresenta respostas exatas para os dilemas e, sim, instruções norteadoras (E2).

Outro aspecto relevante foi mencionado nos estudos E1 e E4, que exploram a ética na atuação do psicólogo em cuidados paliativos. Para os autores, o ser ético se constitui no desenvolvimento biopsicossocial, estando relacionado com o desenvolvimento da personalidade. O psicólogo, nos cuidados paliativos, pro-

porciona apoio para o paciente, para a família e para os profissionais envolvidos; desse modo, é fundamental que o princípio da não maleficência e a autonomia do paciente sejam respeitados (E1). Também é apresentada uma reflexão a respeito das relações entre a prática psicológica, as questões de ordem ética e a problemática contemporânea da bioética. Ressaltam as estreitas relações entre a ética médica e a da Psicologia, destacando a centralidade de valores humanitários comuns à ética dos psicólogos e à bioética, que estende aos animais e à própria natureza procedimentos e cuidados anteriormente aplicados exclusivamente aos humanos (E4).

Ainda na área da saúde, apresentam-se as demandas de que a atuação da Psicologia com pessoas com deficiência seja pautada em pressupostos teórico-metodológicos voltados a uma atuação profissional ética e política, bem como na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dessas pessoas. Destaca-se a necessidade de a área da Psicologia ter como horizonte ético a potencialização das pessoas com deficiência em todas as dimensões e o reconhecimento de sua humanidade, para, então colaborar com a garantia dos direitos humanos a esse grupo social (E12).

Com relação aos artigos que abordaram sobre ética e Psicologia Geral, os autores analisaram as defesas de psicólogos que sofreram alguma denúncia junto ao Comitê de Ética em Psicologia. Tais defesas, de acordo com as pesquisadoras, estavam voltadas a apontar falhas e deslegitimar os discursos dos denunciantes ao invés de manter o foco na explicação da sua atuação. Isso, para os autores, demonstra uma falha ética dos profissionais da Psicologia (E14). Segundo um recorte histórico sobre a origem da Psicologia no Brasil, apontando também fragilidades na formação dos psicólogos, o aumento do número de denúncias de psicólogos no Conselho Federal de Psicologia se deve à formação deficitária, muitas vezes centrada em tecnicismos em detrimento da reflexão crítica acerca das demandas profissionais. Nesse sentido, é necessário que os psicólogos possam refletir criticamente acerca das demandas para evitar cair em situações de conflito ético profissional (E11).

Ainda sobre ética e Psicologia Geral, no âmbito acadêmico da formação do psicólogo no Brasil, a supervisão de estágios compõe atividades inerentes à formação nos cursos de graduação, embora não possua clara definição em termos de suas atribuições em documentos pertinentes à legislação de estágios ou às diretrizes curriculares (E10). Logo, a dimensão ética pertinente à supervisão em Psicologia necessita ser profunda e amplamente discutida sob o ônus de prejuízos que podem atingir a formação profissional e a população atendida. Ainda, destacam-se divergências existentes entre o Código de Ética do Psicólogo e as diversas abordagens psicológicas, nas quais, em determinadas situações, é complexo pensar em uma ética em Psicologia de modo generalizada (E3).

Em geral, esses estudos trazem questões pertinentes para a discussão, apontando as falhas ainda existentes no exercício ético da Psicologia, bem como no processo de formação dos profissionais. As divergências entre o Código de Ética do Psicólogo e as diversas teorias psicológicas, uma formação deficitária dos psicólogos e a dificuldade de os profissionais defenderem suas práticas, de forma embasada, diante de uma denúncia no Comitê de Ética expõem a necessidade de

um estudo aprofundado sobre a profissão e os pontos que precisam ser revistos e mais bem discutidos para proporcionar um aprimoramento.

Na área jurídica, os estudos apresentam as complexidades existentes na área, considerando que as práticas iniciais realizadas por psicólogos junto ao Judiciário seguiram caminhos perpassados pelo Direito, pela Medicina, dentre outras áreas; mas, conforme esse campo foi se constituindo, e após os Tribunais de Justiça de vários estados brasileiros terem criado o cargo de psicólogo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem dedicado atenção especial aos rumos dos trabalhos desenvolvidos pelos psicólogos direcionados ao sistema de Justiça. Entretanto, a multiprofissionalidade e a abrangência desse campo fazem com que o psicólogo jurídico nem sempre disponha de conhecimentos acerca das peculiaridades envolvidas nessa prática junto ao sistema de Justiça, podendo, com isso, perder os limites e a noção de suas reais atribuições, o que pode gerar conflitos éticos. Caberia ao psicólogo um amplo questionamento a respeito do que lhe cabe realizar, refletindo sobre qual a profundidade e os limites da sua contribuição, a fim de ter mais segurança das possibilidades de trabalho (E8).

Em relação à experiência profissional relatada, faz-se uma análise da implicação da sua prática profissional e observa que as demandas que recebem se dividem em resoluções extrajudiciais de conflitos, apoio e encaminhamento para a rede de serviços municipais ou para acompanhamento psicológico. Além disso, um dos desafios encontrados nessa atuação é dirigir um olhar diferenciado a partir da compreensão das produções sócio-históricas dos usuários, de maneira a não reproduzir sofrimentos e opressões (E9).

No campo da Avaliação Psicológica, os autores (E9) destacam que as principais denúncias ao comitê de ética referentes a essa avaliação se devem ao mau uso dos instrumentos pelos psicólogos. Segundo os autores supracitados, a Avaliação Psicológica para a concessão do porte de arma de fogo exige do profissional uma postura ética e habilidosa. Outro ponto ressaltado foi a criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), já que esse possibilitou a padronização dos testes, além de contribuir com os aspectos éticos e legais da área (E15). Nesse sentido, o estudo de Zaia, Oliveira e Nakano (2018) analisou 286 infrações ao código de ética profissional dos psicólogos em 26 edições do jornal do Conselho Federal de Psicologia e verificou que 60% dessas infrações referiam-se à área de avaliações psicológicas, o que faz com que esses autores considerem a importância da formação dos psicólogos para essa área.

As principais reclamações quanto à atuação do psicólogo na área da Avaliação Psicológica referem-se às falhas de postura ética, à falta de qualificação técnica e à falta de instrumentos psicológicos de qualidade (E17). Nesse sentido, os estudos E15 e E17 estão em acordo quando afirmam que grande parte das denúncias ao Conselho Federal de Psicologia relaciona-se a erros na atuação do psicólogo na Avaliação Psicológica. As falhas éticas relacionadas à condução da Avaliação Psicológica e a aplicação dos testes seriam minimizadas e controladas se a formação dos psicólogos em Avaliação Psicológica fosse de “qualidade”, ou seja, com

professores qualificados, com carga horária mais extensa na área e com uma visão ampliada da atuação profissional (E17).

Os autores (E17), expressam os dilemas éticos que, constantemente, os profissionais da Psicologia que atuam nessa área vivenciam, por exemplo, a atuação de alguns profissionais de outras áreas que se utilizam dos instrumentos, restritos aos psicólogos, e seus resultados, fazendo fotocópias ilegais de materiais que estão protegidos por direitos autorais, desconsiderando erros de medidas nas interpretações, dentre outros aspectos. O profissional da Psicologia deve levar em consideração os direitos da pessoa envolvida na avaliação, as razões para utilizar os testes, garantindo seu uso de forma competente e também a segurança e a confiabilidade ao arquivar seus resultados (E16). Nesse sentido, muito tem se discutido sobre as avaliações psicológicas, mas a questão ética é muito pouco debatida. O estudo apresenta os avanços no país sobre a temática da Avaliação Psicológica, por reconhecer o esforço de pautar uma avaliação na ética; discorre, ainda, que há muito a fazer na intersecção da ética e Avaliação Psicológica devido ao seu caráter dinâmico, o qual evolui à medida que se surgem novas demandas dos sujeitos e da sociedade (E18).

No artigo que trata de ética e Psicologia do Esporte (E5), afirma que, embora as ciências do esporte apresentem uma tendência à interdisciplinaridade, elas ainda estão distantes de uma prática interdisciplinar, tendo em vista que as diversas subáreas convivem enquanto soma, mas não em relação. O autor afirma que esta relação faz com que o psicólogo se depare com questões relacionadas não apenas à ética profissional mas também à moralidade que cinge o ambiente esportivo. Ainda que a atuação do psicólogo esteja pautada em um código de ética, não é viável afirmar uma ética exclusiva do esporte, da Psicologia ou de quaisquer modalidades de ética para contextos criados conforme a necessidade social ou o momento histórico, tendo em vista que a ética busca refletir a respeito das noções e dos princípios que fundamentam a vida moral, e não sendo uma ciência em si. Assim, embora o objetivo final do psicólogo do esporte seja uma atuação junto ao atleta, outros elementos que estão interagindo e influenciando sua vida precisam ser considerados e pautados nessa intervenção.

Por fim, em relação à Psicologia Social, o artigo E13, apresenta um debate sobre a atuação dos psicólogos nesse campo e destaca a necessidade de ser desenvolvido um conjunto de ações de atenção às famílias e indivíduos em vulnerabilidade social. Essa inserção amplia os campos de atuação do psicólogo, exigindo desse profissional um comprometimento mais direto com as questões sociais. A falta de clareza sobre as práticas profissionais, muitas vezes, afasta o psicólogo da prática preconizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e torna necessário o reconhecimento dos limites da assistência social enquanto política setorial, havendo necessidade de fazer uma articulação das respostas às expressões da questão social e de ações intersetoriais, pelas demandas das famílias atendidas serem urgentes e estarem relacionadas à falta de renda e trabalho.

É importante ressaltar que algumas áreas não apresentaram artigos sobre ética, como a Psicologia Educacional, por exemplo, área em que certamente os psicólogos se deparam cotidianamente com dilemas éticos a serem estudados. A área de

Psicologia do Trânsito também não teve nenhum artigo publicado. Além disso, ressalta-se que as áreas da Psicologia Jurídica e Avaliação psicológica, com poucas publicações, são sabidamente as áreas com maior número de denúncias, referentes à atuação dos psicólogos, encaminhadas aos Conselhos de Psicologia (Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2012; Zaia, Oliveira & Nakano, 2018).

No âmbito da Psicologia da Saúde, por exemplo, existem produções que trazem questionamentos éticos a respeito das decisões do usuário sobre seu tratamento de saúde (Brocq, Liarte, Soriani, & Desnuelle, 2013). Trabalhos recentes têm discutido como os psicólogos podem contribuir nas equipes de trabalho com crianças com pouco tempo de vida, a partir de discussões éticas a respeito do prolongamento da vida delas (Cardona, 2017); analisam quais decisões éticas os psicólogos devem tomar quando os pais dificultam a aderência dos filhos aos tratamentos de saúde (Fehr, 2017); e abordam quais os questionamentos éticos devem estar presentes na atuação dos psicólogos com adolescentes no período pré e pós-operatório com cirurgia bariátrica (Price, Lee, Washington, & Brandt, 2015).

Com relação à Psicologia Social e Comunitária, em nível internacional, foram encontrados artigos que discutem a ética das decisões do profissional de Psicologia que atua nas comunidades (Campbell, 2016; Julian, 1999; O'Neill, 1989; Trickett, 1998; Vidal, 1998), sobre ética e justiça social no trabalho do psicólogo (Pettifor, 1995). E um estudo que investigou dilemas éticos relacionados ao sigilo, apresentados por psicólogos que trabalham em pequenas cidades ou comunidades (Schank & Skovholt, 1997). Sobre propaganda dos profissionais, um artigo canadense analisa a forma de propaganda utilizada pelos psicólogos em websites, discutindo a pertinência da inclusão de relatos de clientes nas referidas páginas (Lacroix et al., 2017); ainda sobre esta temática, um trabalho americano analisa, sob a luz da ética psicológica, a adoção da marca pessoal (*personal branding*) por psicólogos (Cederberg, 2017). Outra temática discutida é a questão do atendimento on-line, utilizando-se de novas tecnologias, e sua relação em questões éticas pertinentes à prática do psicólogo (Davis, 2014; Fitzgerald et al., 2010), sendo esta última ainda mais relevante a partir do contexto atual da pandemia de COVID-19.

Para finalizar, ressalta-se que o estudo sobre ética e a reflexão constante sobre ela por parte dos estudantes e profissionais da Psicologia são fundamentais para garantir uma atuação profissional pautada nos direitos humanos. Apesar de a disciplina Ética ser obrigatória no currículo para formação do profissional da Psicologia no Brasil, constatou-se, a partir da presente revisão sistemática, que, além de uma escassa produção, há uma série de lacunas na literatura nacional sobre ética e atuação do psicólogo. E isso demonstra que esse é um vasto campo a ser explorado pelos pesquisadores brasileiros da área.

Considerações Finais

Observou-se, a partir da análise dos artigos sobre ética e atuação profissional no contexto brasileiro, que muitos são os dilemas éticos com os quais os psicólogos precisam lidar no cotidiano da sua prática profissional. Tais desafios podem variar de acordo com a área de atuação e até mesmo a partir da abordagem psicológica com a qual o psicólogo trabalha. Verificou-se também que, quando a atuação da Psicologia acontece em um campo novo para esta profissão, estes desafios se intensificam, principalmente na fronteira com outras profissões. Assim, nota-se a necessidade de a categoria refletir sobre as demandas que se apresentam. Ponto comumente discutido em grande parte dos estudos aqui analisados é a necessidade de uma formação que capacite cientificamente e tecnicamente o psicólogo, mas que, além disso, possibilite ao profissional uma reflexão ética sobre as demandas do contexto profissional, pois se objetiva garantir uma atenção pautada nos direitos humanos dos usuários e que este profissional não contribua, em sua prática, para o julgamento e/ou a normatização de sujeitos.

Este estudo não pretendeu esgotar a discussão sobre a temática, e apresentou algumas limitações, por exemplo, o fato de ter se restringido a artigos científicos, deixando de fora teses, dissertações e livros sobre o assunto. Também é possível que os descritores utilizados não tenham abarcado todos os trabalhos publicados no período, já que aqui foi considerada, principalmente, a atuação profissional dos psicólogos na modalidade on-line – prática potencializada pelo atual contexto de COVID-19. No entanto, os autores reconhecem que, apesar destas limitações, o artigo contribui para abrir e estimular o debate sobre a necessária reflexão acerca da ética e da prática profissional dos psicólogos brasileiros.

Referências

- Amendola, M. (2014). Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 971-983. <https://doi.org/10.1590/1982-370001762013>
- Ayres, L., Carvalho, C., & Barreira, M. (2015). Discursos dos psicólogos no contexto da comissão de orientação e ética. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 948-964. <https://doi.org/10.12957/epp.2015.19421>

- Bastos, E. Á. M. (2007). Psicologia do trabalho, práxis ética e psicodiagnóstico. *Psicólogo informação*, 11(11), 146-155. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v11n11/v11n11a09.pdf>
- Borsa, J. (2016). Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. *Temas em Psicologia*, 24(1), 131-143. <https://doi.org/10.9788/tp2016.1-09>
- Brito, L. M. T. (2012). Anotações Sobre a Psicologia Jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 194-203. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500014>
- Brocq, H., Liarte, A, Soriani, M. H., & Desnuelle C. (2013). Subjectivité, décision et maladies neurodégénératives: réflexions sur la place du psychologue clinicien dans le processus décisionnel [Subjectivity, decision and neurodegenerative diseases: reflexions on the role of the clinical psychologist in medical decision making]. *Rev Neurol (Paris)*, 169(6-7), 485-9. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23398961/>
- Cadan, D., & Albanese, L. (2018). Um Olhar Clínico para uma Justiça Cega: uma Análise do Discurso de Psicólogos do Sistema de Justiça. *Psicol. cienc. prof.*, 38(2), 316-331. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003582017>.
- Calvetti, P, Fighera, J., & Muller, M. (2008). A bioética nas intervenções em psicologia da saúde. *Revista Psicologia da Veter*, 9(1), 115-120. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12037>
- Campbell, R. (2016). “It’s the Way That You Do It”: Developing an Ethical Framework for Community Psychology Research and Action. *American Journal of Community Psychology*, 3(4), 58-294. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12037>
- Cardona, L. (2017). Ethical considerations in the care of children with life-limiting conditions: A case illustration of the role of a pediatric psychologist on a hospital ethics committee. *Clinical Practice in Pediatric Psychology*, 5(3), 287-293. <https://doi.org/10.1037/cpp0000205>
- Carvalho, de V., M. W. (2013). Interfaces between Psychology and law: the challenge of working at The Public Defender’s Office. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(spe), 90-99. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932013000500010&lng=en&nrm=iso
- Castro, D. (2001). Psicologia e ética em cuidados paliativos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(4), 44-51. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932001000400006>
- Cederberg, C. (2017). Personal Branding for Psychologists: Ethically Navigating an Emerging Vocational Trend. *Professional Psychology: Research and Practice*, 48(3), 183-190. <https://doi.org/10.1037/pro0000129>
- Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2012). Caracterização das denúncias e perfil dos (as) profissionais com processos éticos instaurados pelo CRP- PR. *Relatório de Pesquisa: O psicólogo e os processos éticos no CRP-PR*. Recuperado de <http://www.portal.crppr.org.br/download/280.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2021). *Infográfico: A Psicologia Brasileira apresentada em números*. Recuperado de [http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/#:~:text=Somos%20um%20total%20de%20388.654%20psic%C3%B3logas%20\(os\)](http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/#:~:text=Somos%20um%20total%20de%20388.654%20psic%C3%B3logas%20(os))

- Cotrim, G. (2004). *Fundamentos de Filosofia* (15ª ed). São Paulo: Saraiva.
- Davis, A. W. (2014). Ethical Issues for Psychologists Using Communication Technology: An Australian Perspective on Service Provision Flexibility. *Professional Psychology: Research and Practice*, 45(5), 303–308. <https://doi.org/10.1037/a0037081>
- Fehr, K. (2017). Ethical considerations and treatment decision making when parental adherence difficulties impact treatment outcomes: Comment on Bruni, Lancaster, and Kullgren. *Clinical Practice in Pediatric Psychology*, 11(3), 271-272. <https://doi.org/10.1037/cpp0000201>
- Fitzgerald, T. D., Hunter, P. V., Hadjistavropoulos, T., & Koocher, G. P. (2010). Ethical and legal considerations for Internet-based psychotherapy. *Cognitive Behaviour Therapy*, 39(1), 173–187. <https://doi.org/10.1080/16506071003636046>
- Freire, J. (2003). A Psicologia a Serviço do Outro: ética e cidadania na prática psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 12-15. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400003>
- Gesser, M., & Nuernberg, A. H. (2014). Psychology, Sexuality and Disability: New Perspectives on Human Rights. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 850-863. <https://doi.org/10.1590/1982-370000552013>
- Julian, D. A. (1999). Some Ethical Standards to Guide Community Practice and an Example of an Ethical Dilemma from the Field, *Journal of Community Practice*, 1(6) 1-10. https://doi.org/10.1300/J125v06n01_01
- Koelzer, L., Backers, M., & Zanella, A. (2014). Psicologia e CRAS: reflexões de uma experiência de estágio. *Revista Gerais: Revista Interinstitucional De Psicologia*, 7(1), 132-139. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a12.pdf>
- Lacroix, E., Dobson, K. S., & von Ranson, K. M. (2017). Scope and Ethics of Psychologists' Use of Client Testimonials on Professional Websites. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne*, 59(3), 232-238. <https://doi.org/10.1037/cap0000123>
- Luccas, A. N. (2000). A Psicologia, o Esporte e a Ética. Em K. Rubio (Orgs.), *Encontros e Desencontros: Descobrendo a Psicologia do Esporte*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Maciel, S. K., Frizzo, N. P., & Castro, M. C. D. (2010). Ensino de ética profissional na formação dos psicólogos do Brasil. *Revista eletrônica de Pesquisa e docência*, 13(3), 897-921. Recuperado de <http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n3/REID3art2.pdf>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Medeiros, G. (2002). Por uma ética na saúde: algumas reflexões sobre a ética e o ser ético na atuação do psicólogo. *Psicologia Ciência e Profissão*, 22(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000100005>
- Muniz, M. (2018). Ética na avaliação psicológica: velhas questões, novas reflexões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(SPE), 133-146. <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe/1982-3703-pcp-38-nspe1-0133.pdf>

- Oliveira-Monteiro, N., Herzberg, E., Oliveira, M., & Silva, E. (2013). Reflexões sobre ética na supervisão em psicologia. *Boletim De Psicologia*, 63(139), 217-225. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432013000200009
- O'Neill, P. (1989). Responsible to whom? Responsible for what? Some ethical issues in community intervention. *American Journal of Community Psychology*, 17(3), 323-341. <https://doi.org/10.1007/BF00931040>
- Pettifor, J. L. (1995). Ethics and Social Justice in Program Evaluation: Are Evaluators Value-free? *Canadian Journal of School Psychology*, 10(2), 138. <https://doi.org/10.1177/082957359501000206>
- Prado Filho, K., & Trisotto, S. (2006). Psicologia, ética e bioética. *Psicologia Argumento*, 24(1), 47-48. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?ddl=490&dd99=view&dd98=pb>
- Price, K., Lee, M., Washington, G., & Brandt, M. (2015). The Psychologist's Role in Ethical Decision Making: Adolescent Bariatric Surgery. *Clinical Practice in Pediatric Psychology*, 3(4), 359-364. <https://doi.org/10.1037/cpp0000117>
- Rafalski, J., & Andrade, A. (2015). Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo. *Psicologia: Ciência Profissão*, 35(2), 599-612. <https://doi.org/10.1590/1982-370301472013>
- Rodrigues, J. (2015). Considerações éticas na testagem. *Revista De Psicologia*, 2(1), 117-125. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/80>
- Rubio, K. (2007). Ética e compromisso social na psicologia do esporte. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(2), 304-315. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200011
- Schank, J. A., & Skovholt, T. M. (1997). Dual-relationship dilemmas of rural and small-community psychologists. *Professional Psychology: Research and Practice*, 28(1), 44-49. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.28.1.44>
- Trickett, E. J. (1998). Toward a Framework for Defining and Resolving Ethical issues in the Protection of Communities Involved in Primary Prevention Projects. *Ethics & Behavior*, 8(4) 321. https://doi.org/10.1207/s15327019eb0804_5
- Vidal, A. S. (1998). Responsabilidad del psicólogo en la acción social: ¿quién es el "cliente"? *Revista de Psicología Social*, 13(2) 30. <https://doi.org/10.1174/021347498760350812>
- Zaia, P., Oliveira, K. S., & Nakano, T. C. (2018). Análise dos Processos Éticos Publicados no Jornal do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 8-21. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003532016>